



RELATÓRIO E CONTAS

2024

Me

PEP

SF

MBC

PM

dey

Jo

JR

Ju

Índice

RELATÓRIO E CONTAS

- 1. Mensagem CEO**
Pedro Nazareth
Síntese da Actividade
Director-Geral de Eléctricos e Pilhas - Ricardo Furtado
- 2. Introdução**
- 3. O Electrão**
- 4. Produtores e Mercado**
- 5. Rede Electrão**
- 6. Sensibilização e Educação**
- 7. Investigação e Desenvolvimento**
- 8. Actividade 2024 e Objectivos 2025**
- 9. Fecho de Contas de Licenças**
- 10. Factores relevantes ocorridos após o término do Período**
- 11. Proposta de Aplicação de Resultados**
- 12. Demonstrações Financeiras - Anexo**
- 13. Certificação Legal de Contas**
- 14. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**



Me

PEF

SE

MBC

PM

dy

CP

JR

JR

1

Mensagem CEO

Pedro Nazareth

Síntese da Actividade

Director-Geral de eléctricos e pilhas

Ricardo Furtado

*Pe**PEF**SF**MDC**PM**dey**de**JR**JR*

1 Mensagem CEO e Síntese da Actividade



Pedro Nazareth
CEO

O INÍCIO DE UM NOVO CICLO

Em 2024 o Electrão teve o privilégio de ver renovada, por via da publicação das novas licenças, a sua actividade na gestão de três dos sistemas de reciclagem em que participa: embalagens; pilhas e baterias e equipamentos eléctricos usados.

Como grande novidade desta nova geração de licenças destacaria a longevidade. Pela primeira vez na história da gestão de resíduos em Portugal, a Responsabilidade Alargada do Produtor recebe uma licença com uma duração de 10 anos, refletindo a confiança da Administração Central na solidez e relevância deste setor.

Essa longevidade surge acompanhada de um elevado nível de responsabilidade. Ao longo da próxima década o Electrão desenhará os investimentos, preparará os concursos e escolherá os parceiros que o apoiarão na promoção da recolha, triagem, reciclagem e valorização dos resíduos destes três sistemas de reciclagem.

Um outro aspecto das licenças diz respeito a todo um conjunto de reforço de obrigações de transparência e de rastreabilidade. A gestão de resíduos quer-se cada vez mais uma actividade em que o princípio, o meio e o fim dos resíduos são conhecidos desde a origem, passando pela triagem e tratamento sem esquecer a incorporação nos novos produtos.

Reverter a “situação de emergência” na gestão de resíduos em Portugal

No Plano de Acção TERRA (Transformação Eficiente de Resíduos em Recursos Ambientais), apresentado já em 2025, é traçado um cenário preocupante do sector da gestão de resíduos, que está perante uma “situação de emergência”, segundo o diagnóstico.

Os aterros estão próximos do esgotamento; a capacidade de tratamento é insuficiente e as metas do PERSU 2030 são de difícil alcance porque o sector não acompanhou as previsões estratégicas, o que exige ajustes urgentes.

A capacidade disponível nos aterros em Portugal, com excepção de algumas zonas menos críticas, encontra-se muito perto do seu limite. Isto acontece porque Portugal ainda coloca actualmente cerca de 60% dos resíduos urbanos que produz em aterro. O Electrão pode ter aqui um papel relevante ajudando de forma decisiva a contribuir para desviar resíduos de aterro minimizando a problemática que constitui o anunciado esgotamento da sua capacidade.

As embalagens, em particular, constituem uma parte muito relevante do total de resíduos urbanos produzidos em Portugal, que globalmente ascendem a cerca de 5 milhões de toneladas, aproximadamente 500 quilos por habitante/ ano. Destes 5 milhões, sensivelmente, 1 milhão e meio de toneladas corresponde a embalagens urbanas e não urbanas.

O sistema nacional de reciclagem de embalagens alcançou, em 2024, uma taxa de retoma de apenas de 58% das embalagens colocadas no mercado. Há por isso um potencial enorme de desvio de embalagens de aterro. Já em 2025 **o país terá que garantir a recolha seletiva de 65% das embalagens colocadas no mercado e por isso esta evolução será uma urgência.**

Em 2024 a reciclagem de embalagens usadas retomadas pelo Electrão (que tem uma quota de mercado de 10%) aumentou 7% por cento em relação ao ano anterior. É um aumento ligeiramente superior à subida de 4% registada em termos globais pelo sistema nacional de reciclagem.

Apesar do enorme esforço de sensibilização para a necessidade de separar e encaminhar as embalagens para o ecoponto **os resultados mantêm-se quase estagnados** e o país continua a recolher pouco mais de metade das embalagens que consome.

Procurar ter resultados diferentes – mais recolha e mais reciclagem – utilizando as mesmas abordagens e as mesmas organizações de sistema não é o caminho. Os investimentos a realizar terão que incidir sobre constrangimentos, claramente identificados, que têm impedido a evolução dos números da reciclagem em Portugal.

*De**PEF**SF**MDC**PM**dey**de**JR**JR*

As medidas defendidas pelo Electrão

Para tentar otimizar os três sistemas de reciclagem em que participa – embalagens, pilhas e baterias e equipamentos eléctricos- o Electrão tem alertado para estas problemáticas, ao longo dos anos, e **defende um conjunto de medidas muito concretas**, que passam por diferentes modelos de colaboração, que poderão dar um contributo importante para alterar o estado da arte. Estas medidas já foram defendidas em sede de preparação das novas licenças dos fluxos específicos de resíduos, entretanto publicadas em 2024.

É urgente conceder margem às entidades gestoras para actuarem ao nível operacional, em alguns domínios, sobretudo complementando a recolha de embalagens em baixa, em alguns locais, tal como já acontece com os equipamentos eléctricos.

Não se entende como é que Portugal, falhando metas de recolha e reciclagem, em diferentes famílias de resíduos, continua a ter uma legislação que bloqueia a participação das entidades gestoras na definição e operacionalização da recolha e reciclagem. O Electrão poderia apostar numa rede complementar à dos municípios colaborando na recolha e triagem das embalagens que são descartadas pelos portugueses.

Há também muito trabalho a fazer no que diz respeito à qualidade de serviço dos municípios na recolha junto das populações. Um relatório divulgado recentemente pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) veio lembrar que só em 60% por cento dos casos os ecopontos estão em locais considerados próximos do cidadão. Significa isto que **uma fatia muito significativa dos ecopontos ainda se encontra longe do cidadão**, o que funciona como factor altamente desincentivador do gesto de separar e encaminhar os resíduos para reciclagem por parte das famílias portuguesas.

Os sistemas de gestão, em alta e em baixa, têm que aumentar significativamente os níveis de eficiência de forma a assegurar o encaminhamento de mais embalagens para reciclagem com vista a atingir as metas. É necessário **fomentar relações diretas, livremente estabelecidas, entre as entidades gestoras e os municípios/ Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos** para preparar o investimento e a operação de forma a cumprir as metas estabelecidas.

Para uma entidade gestora como o Electrão a implementação de determinados investimentos para permitir a separação de determinadas famílias de resíduos, sejam embalagens de vidro ou pilhas, poderá fazer toda a diferença para cumprir metas ambientais e evitar a propagação de poluentes que têm obrigatoriamente que ser tratados. Só assim será possível **recuperar embalagens, mas também equipamentos eléctricos pilhas, que são deitadas erradamente no caixote do lixo comum** e poderão ser ainda recuperadas e recicladas aliviando os aterros.

Não será através de valores de contrapartida, discutidos através de um estudo na sua versão 2.0, que o sector alcançará os números de recolha, reciclagem e de desvio de aterro de que precisa. Entendemos que há espaço para que as entidades gestoras convirjam em novos modelos

De

PEF

SF

MDC

PM

dey

de

JR

de

organizativos, para financiar e gerir os novos modelos organizativos que vão dar origem às centrais de triagem de embalagens que são necessárias.

De

PEF

SF

A reciclagem no centro das políticas europeias

MDC

A necessidade de garantir matéria-prima para operacionalizar a transição digital e energética colocou a reciclagem no centro das políticas europeias atribuindo ao sector um papel de destaque que vai muito além da protecção ambiental.

PM

O **regulamento europeu das matérias-primas críticas** coloca a reciclagem como prioridade estratégica de forma a assegurar recursos essenciais à inovação tecnológica e à estratégia de reindustrialização encetada pela Europa.

dey

de

A União Europeia já identificou produtos prioritários, como baterias de iões de lítio, que permitirão melhorar a eficiência da recuperação de recursos. Estes elementos estão diluídos nos materiais reciclados, como aço, ferro e alumínio, o que dificulta a sua reutilização em novas cadeias de abastecimento. **A presença residual de materiais críticos em equipamentos exigirá processos avançados de separação e refinação** e esse constituirá um grande desafio tecnológico a que a Europa terá que responder.

JR

JR

O sucesso desta estratégia, não obstante as dificuldades técnicas, dependerá também do **envolvimento do cidadão na separação e reciclagem** adequada de determinados produtos.

Outros desafios prendem-se com os novos regulamentos europeus de embalagens e de pilhas e baterias, que trazem regras mais rigorosas à gestão, abrangendo a concepção, produção, reutilização e reciclagem. O objectivo é minimizar os impactos ambientais e sociais ao longo do ciclo de vida desses dispositivos.

A meta da União Europeia é garantir que a reciclagem fornece 25% das matérias-primas críticas necessárias, de forma a criar um fluxo mais sustentável de materiais essenciais. Identificar, separar e reciclar corretamente esses produtos é um desafio operacional, mas essencial para a sustentabilidade.

Pela primeira vez a circularidade, a gestão de resíduos e a reciclagem ganham uma centralidade na política económica, na política de soberania do espaço europeu e do modelo económico europeu, como nunca antes visto. Compete-nos a nós, à escala portuguesa, saber aproveitar o *momentum* político para desbloquear o sector e para entregar outros resultados de recolha e reciclagem em relação aos diferentes materiais necessários para abastecer as cadeias de valor de amanhã.

2025 trará uma dinâmica interessante ao sector porque será um ano de discussão sobre a forma como se concretizarão um conjunto de investimentos indispensáveis.

No ano em que o Electrão assinala 20 anos de actividade – perspetivando a evolução para os próximos 10 anos no âmbito, que corresponde o horizonte das novas licenças - há a intenção de reforçar o compromisso com a sustentabilidade, superar os resultados já alcançados e, ao mesmo tempo, dar resposta a este convite da Europa que reserva à reciclagem um lugar inédito de destaque

CEO do Electrão

Pedro Nazareth

Pe

PEF

SF

MDC

PM

dey

de

JR

JR



Ricardo Furtado

Director-Geral de eléctricos e pilhas

Me

PEF

SF

MDC

PM

dey

de

JR

JR

RECOLHA SELECTIVA DE EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS ATINGE NOVO MÁXIMO EM 2024

A recolha selectiva de equipamentos eléctricos atingiu um novo máximo em 2024. Ao longo deste ano o Electrão recolheu e enviou para reciclagem **mais de 36 mil toneladas de equipamentos eléctricos usados. Trata-se de um crescimento de 31% em relação a 2023**, ano em que foram recolhidas mais de 27 mil toneladas.

É de sublinhar o aumento na reciclagem de grandes equipamentos eléctricos, que cresceu cerca de 43%, com mais 6.648 toneladas de aparelhos encaminhados para valorização face a 2023. Este crescimento assume particular importância tendo em conta o problema do mercado paralelo, que desvia do circuito formal equipamentos de grandes dimensões que não chegam às unidades de tratamento, onde seriam corretamente descontaminados e reciclados. Esta problema, para o qual o Electrão tem vindo a alertar permanentemente, acarreta graves impactos para a saúde pública e para o ambiente.

São diversos os factores que contribuem para os resultados positivos alcançados em 2024, desde logo a **expansão da rede de recolha própria do Electrão, que conta actualmente com mais de 13.500 locais de recolha**. São mais 2.103 pontos do que em 2023.

O trabalho dos parceiros operacionais e a aposta em projectos diferenciadores e mais cómodos para o cidadão, como a recolha de grandes electrodomésticos porta-a-porta, são igualmente relevantes.

Outras campanhas de recolha, como o Quartel Electrão e a Escola Electrão, que mobilizam a comunidade em torno da causa da reutilização e reciclagem, funcionam também como um importante contributo para os resultados nesta área.

Estas iniciativas continuam a ser essenciais para se alcançarem melhores resultados, mas há ainda um longo caminho a percorrer para sensibilizar cada vez mais pessoas para a necessidade de entregar os equipamentos usados para reciclagem, combatendo não só o mercado paralelo,

mas também a acumulação de pequenos aparelhos eléctricos fora que ainda permanecem sem utilidade nas casas e nas empresas.

De

A par da reciclagem, o Electrão **incentiva também a reutilização de equipamentos eléctricos. Em 2024 fossem reutilizadas 1.327 toneladas de aparelhos eléctricos, um aumento de 14% em relação a 2023.**

PEF

O Electrão está igualmente comprometido com soluções que prologam a vida útil desses aparelhos, seja através da doação (com o projeto Ondedoar.pt), ou da reparação (com o Academia REPARA).

SF

MDC

PM

Reciclagem de pilhas e baterias portáteis aumenta 22%

dey

Em 2024 o Electrão recolheu e enviou para **reciclagem 412 toneladas de pilhas e baterias portáteis, um aumento de 22% em relação a 2023**, ano em que foram encaminhadas para valorização 335 toneladas. Estes dispositivos encontram-se sobretudo no interior de equipamentos eléctricos, como comandos, brinquedos, telemóveis e computadores.

de

JR

Nas baterias industriais, provenientes principalmente de actividades empresariais e industriais, o Electrão **assinala também um crescimento na ordem dos 7%**. No último ano a recolha e reciclagem destes dispositivos **aumentou das 891 toneladas para as 957.**

JR

Em termos globais, o Electrão encaminhou para reciclagem **1369 toneladas de pilhas e baterias usadas ao longo de 2024, o que representa um aumento de 12% face ao ano anterior.**

O crescimento da recolha deve-se ao esforço conjunto de municípios, distribuição, empresas e instituições, operadores de gestão de resíduos e à equipa operacional do Electrão.

O aumento do número de locais de recolha – que podem ser consultados em www.ondereciclar.pt – tem desempenhado também um papel essencial. **Em 2024, os pontos de recolha cresceram 21%, totalizando 8735 locais em todo o país**, um acréscimo de 1523 face ao ano anterior.

Todas as lojas que comercializam estes produtos têm que assegurar a retoma dos equipamentos entregues pelo cidadão. Este é um canal igualmente importante e com enorme potencial que poderá ajudar a catapultar a recolha.

Director Geral de Eléctricos e Pilhas do Electrão
Ricardo Furtado



De

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR

2

Introdução

2 Introdução

De

PEF

SF

MDC

PM

dey

de

JR

JR

ENQUADRAMENTO LEGAL

O **Electrão – Associação de Gestão de Resíduos**, entidade gestora da Rede Electrão, é uma Associação de direito privado e sem fins lucrativos, que prossegue, continuamente, como um dos seus fins associativos, o objectivo de organizar e gerir o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (SIGREEE), o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Baterias (SIGRPA) e o Sistema Integrado de Gestão de Embalagens (SIGRE), para os quais se encontra licenciado.

A gestão dos fluxos específicos de resíduos é regulada pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro, na sua redacção actual. Este diploma legal veio reforçar a co-responsabilização de todos os intervenientes no ciclo de vida dos produtos (produtores, embaladores, distribuidores, comerciantes, utilizadores e, em particular, os operadores directamente envolvidos na recolha e tratamento de resíduos de fluxos específicos, com a introdução de factores que visam potenciar o seu desempenho ambiental).

Estabelece também um conjunto de normas que reflectem a natureza específica de cada um dos fluxos, nomeadamente Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (EEE), Pilhas e Baterias (PA) e Embalagens. A materialização das responsabilidades dos embaladores e produtores de EEE e PA pode assumir duas modalidades: a título individual, ou através de um sistema integrado gerido por uma entidade licenciada.

Neste enquadramento, o Estado Português reconheceu a capacidade técnica e financeira do Electrão para a gestão dos fluxos específicos de REEE, RPA e RE, tendo-lhe concedido as seguintes licenças para o período 2025 a 2034.

- **Licença para gestão do SIGREEE:** Despacho n.º 5257/2018, de 25 de Maio, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente, prorrogado pelo Despacho n.º 13288-D/2023, de 29 de Dezembro. Em 2024 foi publicada a nova licença do Electrão que irá produzir efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2025.
- **Licença para gestão do SIGRPA:** Despacho n.º 11275-D/2017, de 22 de Dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente, prorrogado pelo Despacho n.º 13288-D/2023, de 29 de Dezembro. Em 2024 foi publicada a nova licença do Electrão que irá produzir efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2025.

- **Licença para gestão do SIGRE:** Despacho n.º 6907/2017, de 9 de Agosto, dos Gabinetes dos Secretário de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente, prorrogado pelo Despacho n.º 13288-D/2023, de 29 de Dezembro. Em 2024 foi publicada a nova licença do Electrão que irá produzir efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2025.

*Me**PEF**SF*

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

MDC

Na globalidade do ano 2024, a economia portuguesa registou um crescimento de 1,9%, apresentando uma desaceleração face ao desempenho de 2023 (crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em volume), ainda assim consolidando os ganhos verificados desde 2021, em função da ultrapassagem do período pandémico.

PM

A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação do PIB, crescendo 2,5% (1,7% em 2023), fundamentalmente alicerçada no consumo privado (crescimento de 3,2%) e, em menor expressão, no consumo público e na formação bruta de capital fixo (crescimentos respectivamente de 1,1% e de 2,3%). O contributo da procura externa líquida foi negativo em 2024, face ao desempenho das exportações (crescimento de 3,4%) vs importações (crescimento de 4,8%).

*dey**de**JR*

O indicador de confiança dos consumidores aumentou moderadamente em Janeiro de 2025, após uma diminuição em Dezembro de 2024; o saldo das perspectivas relativas à evolução futura dos preços atingiu em Dezembro de 2024 o seu máximo desde Dezembro de 2022 (fonte: INE – boletim mensal de estatística / inquéritos de conjuntura às empresas e consumidores – Janeiro 2025).

JR

A taxa de desemprego situou-se, em média anual, nos 6,4%, apresentando um decréscimo de 0,1 pontos percentuais face ao ano anterior. Já a taxa de desemprego do último trimestre de 2024 foi de 6,7%, valor superior em 0,1 p.p. ao verificado no trimestre homólogo de 2023 (fonte: INE – estatísticas do emprego – 5 de Fevereiro 2025).

A nível de IPC (índice de preços no consumidor), a taxa de variação média anual em 2024 foi de 2,4%, significativamente abaixo da variação verificada no ano anterior (4,3%), sendo a taxa de variação homóloga, em Dezembro de 2024, de 3,0%, evidenciando uma relativa estabilidade ao longo do ano, registando o valor mínimo de 1,9% em Agosto e um máximo de 3,0% precisamente em Dezembro.

Em modo de conclusão, as projecções do Banco de Portugal (boletim económico de Dezembro 2024 / projecções para a economia Portuguesa: 2024-2027) apontam para uma desaceleração da actividade económica em 2024, seguida ligeira aceleração no período em 2025/2026, posto o que regressará crescimento verificado em 2024, num ritmo médio de crescimento da actividade económica em torno de 2 pontos percentuais / ano, sendo a estimativa do comportamento do consumo privado - variável chave na colocação de EEE, PA e Embalagens no mercado – enquadrada em valores dentro dessa ordem de grandeza para o período em projecção (crescimentos previstos de 2,7% em 2025, 1,9% para 2026 e 1,8% para 2027) pelo que as perspectivas de evolução do mercado nacional de EEE, PA e Embalagens para 2025 apontam para uma manutenção do comportamento verificado em 2024.



Pe

PEF

SF

MOC

PM

Qly

Qe

JR

JR

3

O Electrão

3 O Electrão

*Me**PEF**SF**MDC**PM**dey**de**JR**JR*

O Electrão é uma associação de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, constituída a 27 de Abril de 2005, com o principal fim associativo de gestão de resíduos e objectivo primordial de implementar e desenvolver um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE).

Em 2010, o Electrão alargou a abrangência do seu fim associativo, passando a contemplar também a gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e baterias (SIGRPA).

Por fim, em 2017 foi obtido o licenciamento para a gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens.

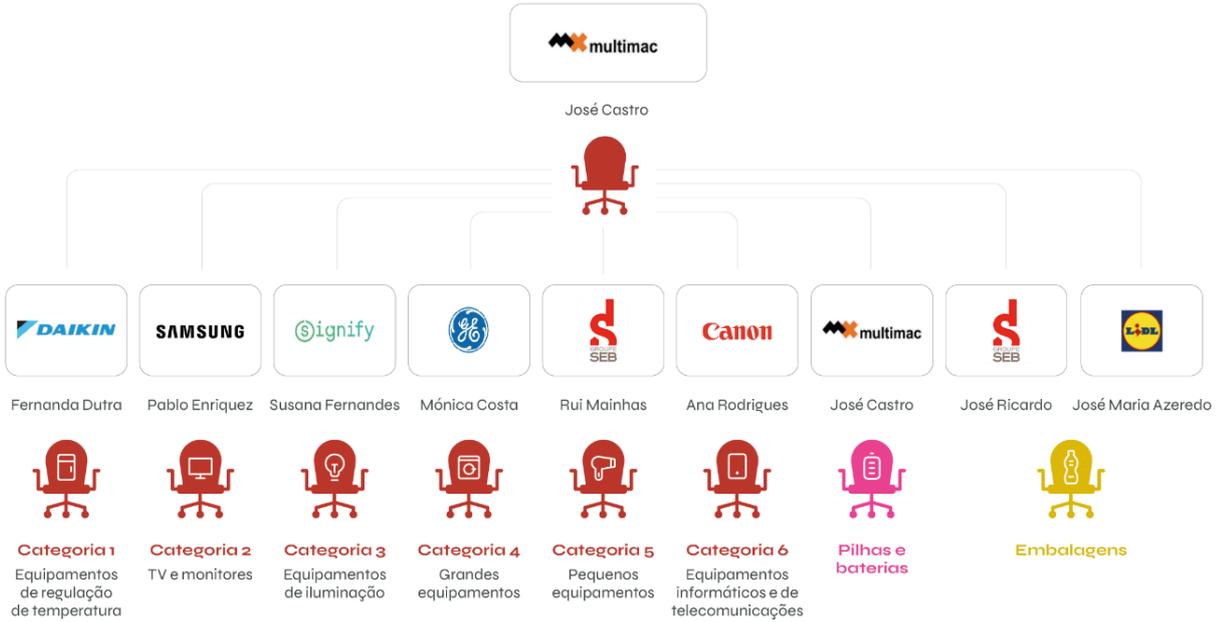
A visão do Electrão é a de oferecer aos seus aderentes uma proposta integrada de valor no âmbito dos resíduos por si geridos, ganhando o reconhecimento das instituições oficiais com que se relaciona e dos cidadãos em geral, pelo serviço prestado à comunidade.

Os órgãos do Electrão definidos nos respectivos estatutos actuam em mandatos com a duração de dois anos, sendo permitida a recondução ou reeleição dos respectivos membros por uma ou mais vezes.

Complementarmente, os Produtores Aderentes que optaram pela qualidade de Associados integram ainda as Assembleias de Fileira de acordo com a respectiva actividade.

Após a eleição dos órgãos da Associação para o biénio 2024/25, a sua composição a 31 de Dezembro de 2024 era a seguinte:

Conselho de Administração



Me

PEF

SF

MDC

PM

dey

de

JR

JR

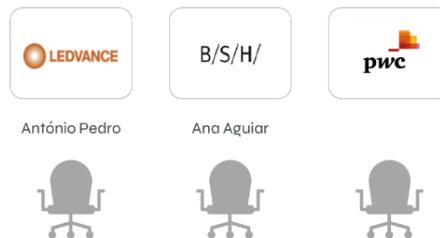
Comissão Executiva



Mesa da Assembleia



Conselho Fiscal



De referir complementarmente que, nos termos dos Estatutos do Electrão, os Produtores Aderentes que optaram pela qualidade de Associados integram ainda as Assembleias de Fileira de acordo com a respectiva actividade, estando designadas como Fileiras as seguintes:

PM



EEE - Categoria 1
Equipamento de regulação de temperatura



EEE - Categoria 2
Ecrãs, monitores e equipamentos com ecrãs de superfície superior a 100cm²

PEF

SF

MDC



EEE - Categoria 3
Lâmpadas



EEE - Categoria 4
Equipamentos de grandes dimensões, com qualquer dimensão externa superior a 50cm, com excepção dos equipamentos das categorias 1, 2 e 3

PM

PEF

PEF



EEE - Categoria 5
Equipamentos de pequenas dimensões externas superiores a 50cm, com excepção dos equipamentos abrangidos pelas categorias 1, 2, 3 e 6



EEE - Categoria 6
Equipamentos informáticos e de telecomunicações de pequenas dimensões, com nenhuma dimensão externa superior a 50cm

JR

JR



Pilhas e Acumuladores



Embalagens



Pe

PEF

SF

MOC

PM

Qly

CP

JR

JR

4

Produtores e Mercado

De

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR

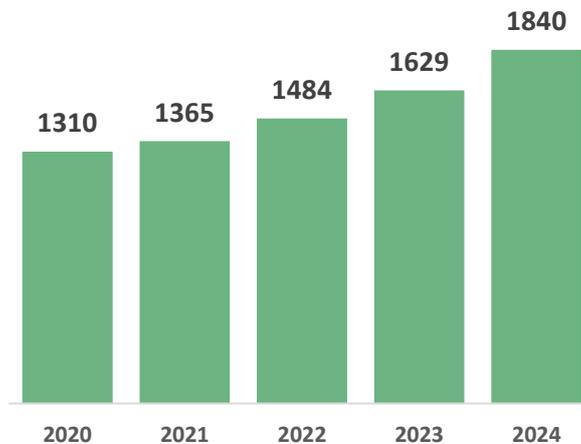
4 Produtores e Mercado

EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS

O número de produtores aderentes do Electrão regista uma tendência crescente nos últimos 5 anos, alcançado 1 840 aderentes em 2024.

Relativamente às Regiões Autónomas, destaca-se que no ano de 2024 existiam 5 produtores aderentes sedeados na Região Autónoma dos Açores e 7 na Região Autónoma da Madeira.

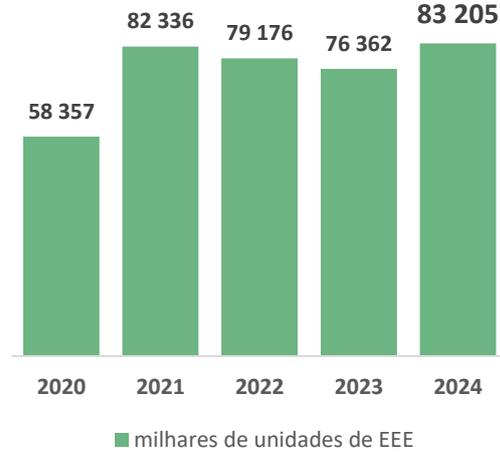
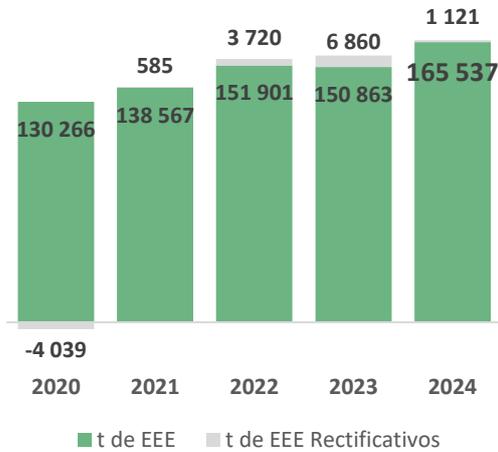
→ Produtores aderentes



A evolução dos valores, em peso, de colocação no mercado registou um aumento progressivo desde 2020. Face a 2023 observa-se um aumento de 14 674 toneladas e de 6 843 milhares de unidades em 2024.

A colocação de EEE no mercado nacional por produtores aderentes do Electrão, sedeados na Região Autónoma dos Açores foi de 21 toneladas (20 milhares de unidades) e de 51 toneladas (10 milhares unidades) na Região Autónoma da Madeira.

→ Colocação no mercado



Em 2024 os produtores declararam uma colocação no mercado de

Equipamentos eléctricos
165 537 ton

Peso per capita
16 kg

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

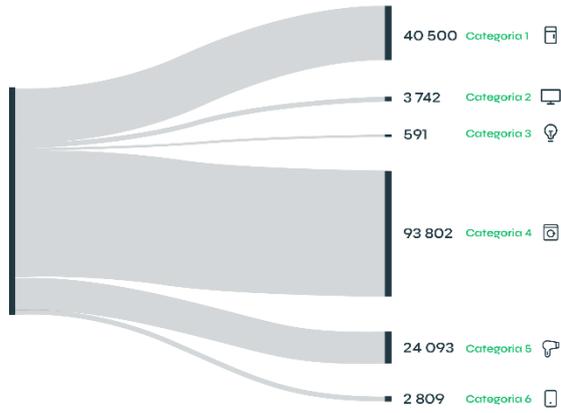
de

JR

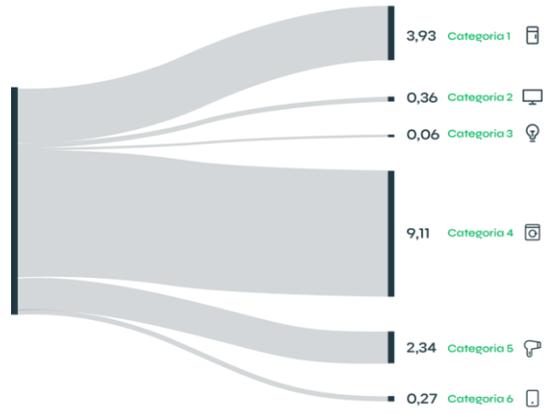
JR

→ Equipamentos colocados no mercado por categoria

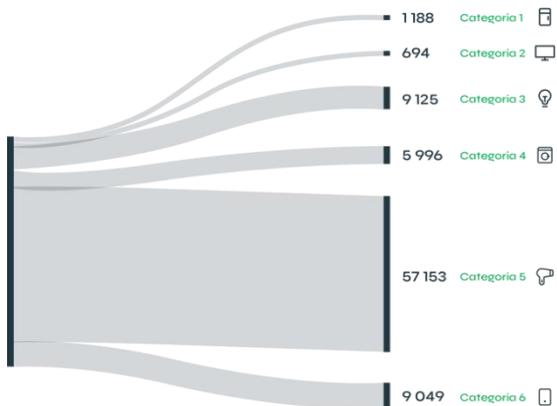
Toneladas



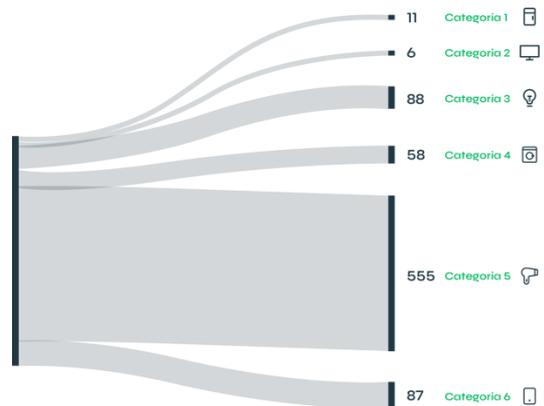
Kg per capita



Milhares de unidades



N.º unidades por 100 habitantes



Me

PEF

SF

MDC

PM

dey

de

JR

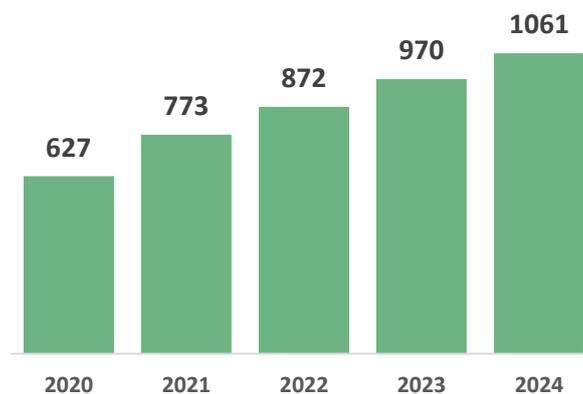
JR

PILHAS E BATERIAS

O universo de produtores aderentes de pilhas e baterias do Electrão regista um aumento continuado desde 2020.

Relativamente às Regiões Autónomas, destaca-se que no ano de 2024 existiam 4 produtores aderentes sedeados na Região Autónoma dos Açores e 1 produtor sedeadado na Região Autónoma da Madeira.

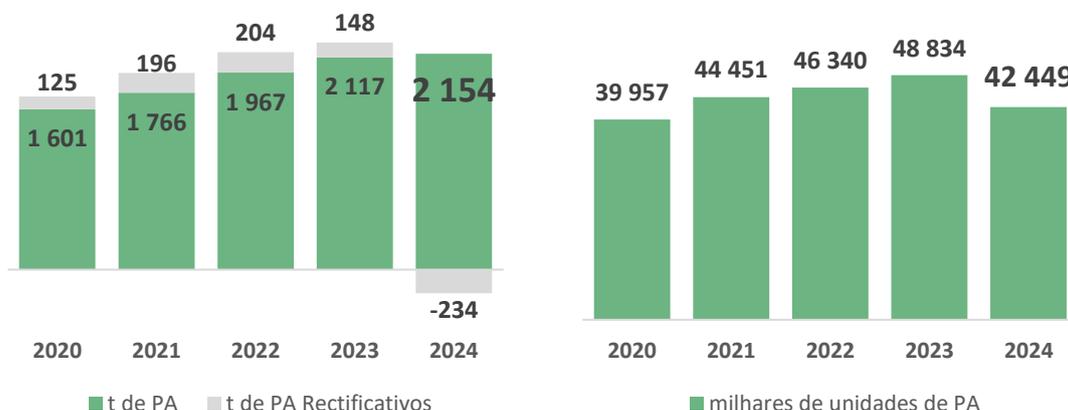
→ Produtores aderentes



Entre 2020 e 2024, a evolução dos valores de colocação de mercado voltou a registar um crescimento progressivo. Em 2024 observa-se um aumento de 37 toneladas e um decréscimo de 6 385 milhares de unidades face a 2023.

A colocação de PA no mercado nacional por produtores aderentes do Electrão, sedeados na Região Autónoma dos Açores foi de cerca de 5 toneladas equivalentes a 91 milhares unidades. Na Região Autónoma da Madeira foram colocadas 0,01 toneladas de PA equivalentes a 1 milhares unidades.

→ Colocação no mercado



De
PEF
SF
MOC
PM
dey
de
JR
JR

Em 2024 os produtores declararam uma colocação no mercado de

Pilhas e baterias
2 154 ton

Peso per capita
209 g

Me

PEF

SF

→ **Pilhas e baterias colocadas no mercado por categoria**

MBC

PM

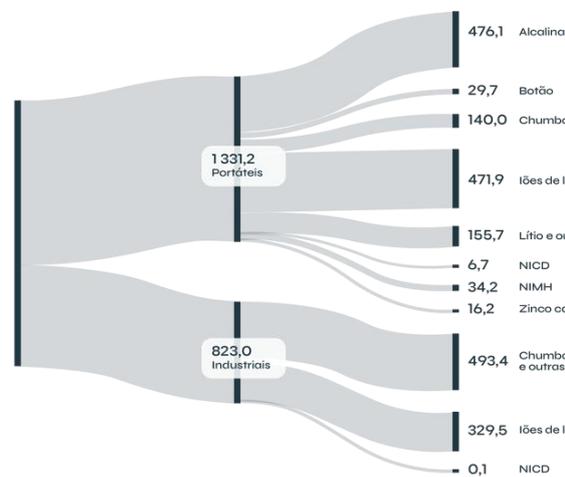
dey

de

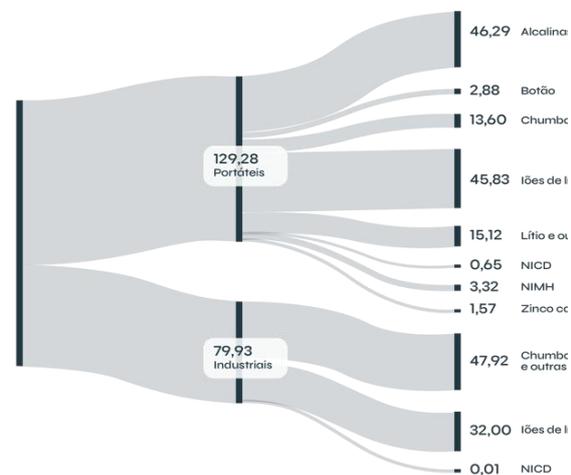
JR

JR

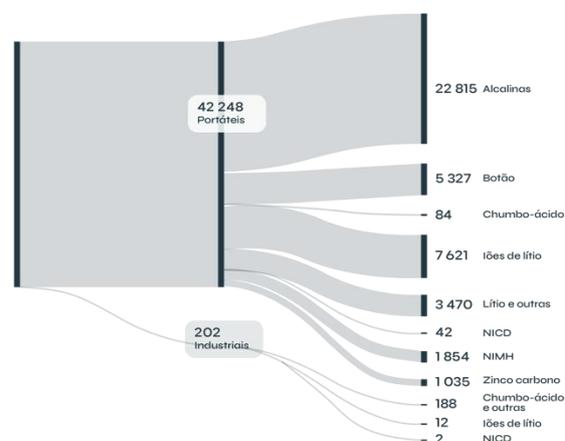
Toneladas



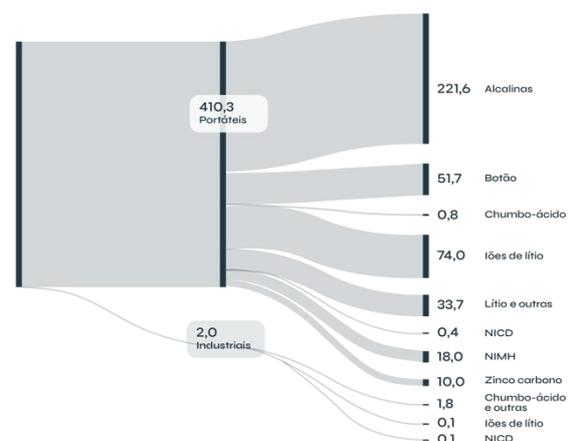
g per capita



Milhares de unidades



N.º unidades por 100 habitantes



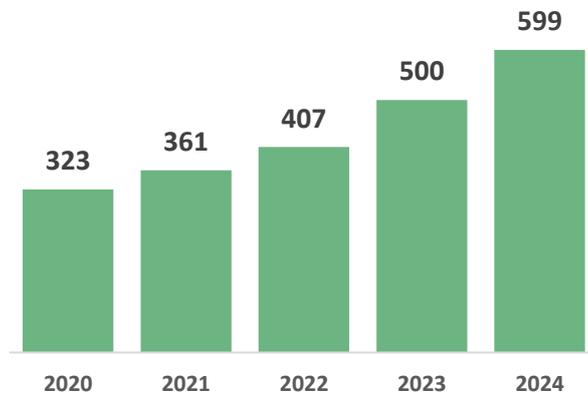


EMBALAGENS

Nos últimos anos houve um aumento progressivo do número de aderentes de embalagens, sendo que comparativamente a 2023, regista-se um acréscimo de 99 embaladores aderentes em 2024.

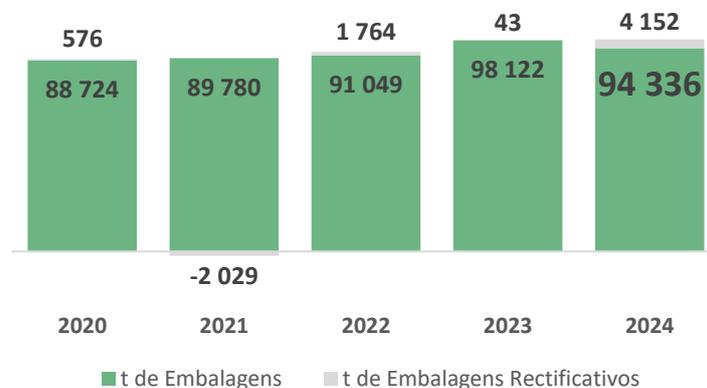
Relativamente às Regiões Autónomas, existiam 2 aderentes da Região Autónoma dos Açores, e 2 aderentes na Região autónoma da Madeira até ao final de 2024.

→ Embaladores aderentes



Relativamente a 2024, a evolução dos valores de colocação de mercado registou um decréscimo de 3 786 toneladas. Registou-se na Região Autónoma dos Açores a colocação de cerca de 2 toneladas, e de 0,3 toneladas na Região Autónoma da Madeira, no ano de 2024.

→ Colocação no mercado



Handwritten notes:
 M
 PEF
 SF
 MOC
 PM
 J
 JR
 JR



Em 2024 os produtores declararam uma colocação no mercado de


Embalagens
94 336 ton


Peso per capita
9 kg

Me

PEF

SF

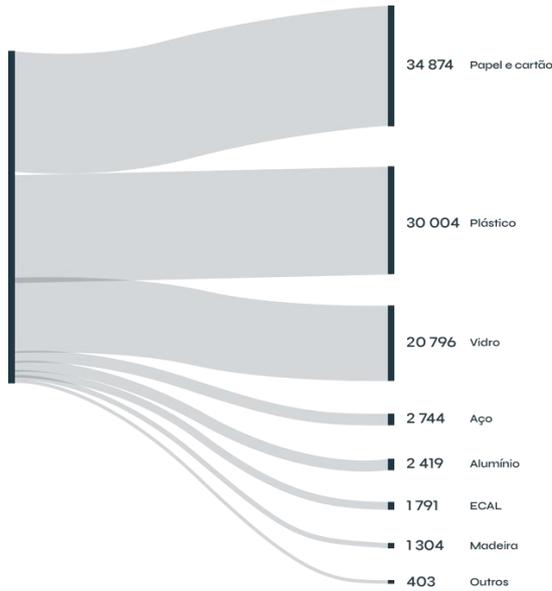
MOC

→ Embalagens colocadas no mercado por material

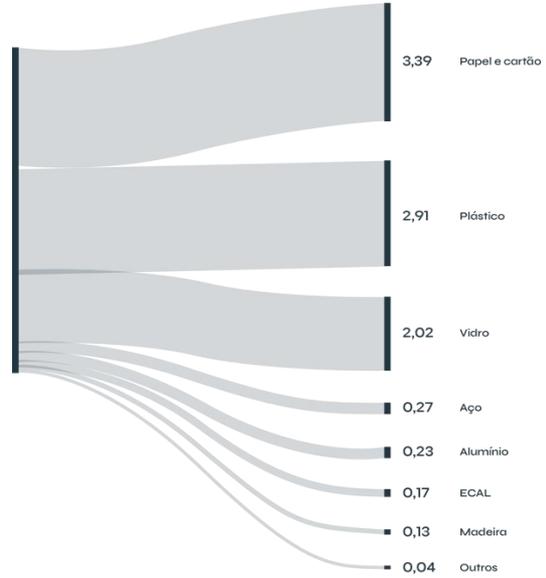
PM

dey

Toneladas



Kg per capita



de

JR

JR



De

PEF

SF

MOC

PM

Qly

Qe

JR

JR

5

Rede Electrão

Me

PEF

SF

MDC

PM

dey

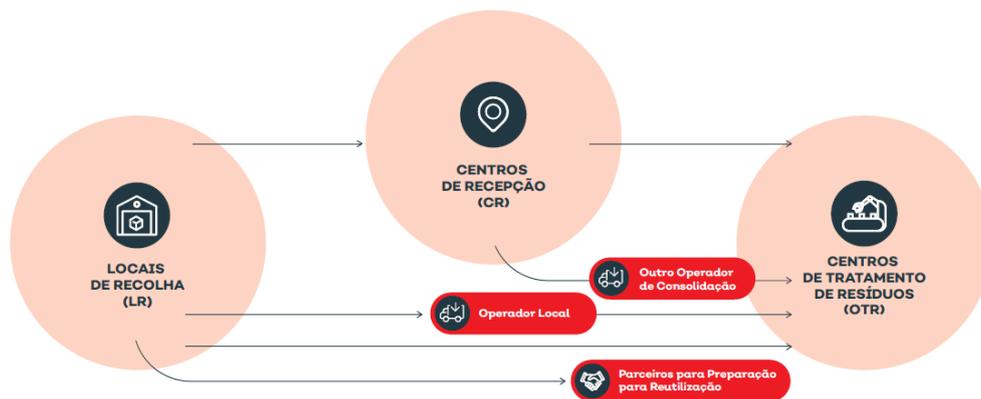
de

JR

JR

5 Rede Electrão

A Rede Electrão é constituída por diversos locais de recolha de REEE e de RPA espalhados por todo o país (abertos ao público ou privados), como por exemplo os Pontos Electrão colocados nos centros comerciais, quartéis de bombeiros participantes na campanha Quartel Electrão, escolas participantes na campanha Escola Electrão, ecocentros dos municípios/SGRU, lojas, empresas, instituições publicas, etc. Esta rede tem vindo a crescer sistematicamente e atingiu o valor recorde de 13 473 locais de recolha em 2024.



O Electrão fornece a esta rede diversos materiais de acondicionamento de REEE e RPA, que variam desde pequenas caixas de cartão (para pilhas, lâmpadas, cartuchos de impressão, etc.), passando pelas cubas plásticas de 1m³ (para pequenos equipamentos) até aos grandes contentores metálicos de 30m³ (para grandes equipamentos).

A recolha dos resíduos é efectuada através de um modelo logístico assente em 5 zonas operacionais no Continente (Norte, Centro, Interior, LVT e Sul), cada uma delas servida por um Centro de Recepção. Nessas zonas actuam 5 tipologias de operadores de recolha (CTT, porta-a-porta, Ponto Electrão, retalho e contentor) que servem os locais de recolha e encaminham os resíduos para os Centros de Recepção (onde são triados por categoria operacional, consolidados e preparados para expedição), ou directamente para os diferentes Operadores de Tratamento de Resíduos. Nas Regiões Autónomas os operadores de recolha de proximidade em cada ilha asseguram a recolha e encaminhamento dos REEE para tratamento.

Neste âmbito, importa ainda destacar a operação com meios próprios do Electrão de um armazém vocacionado para a recolha e triagem de RPA, concretizando assim a sua ambição de complementar através de actividade própria a actividade contratada aos seus parceiros prestadores de serviços, o que permite aprofundar os conhecimentos operacionais e a optimização de processos, bem como reduzir a exposição a factores externos.

ME
PEF

Assim, em 2024 o Electrão recolheu e enviou para tratamento/reciclagem

SF

36 383 ton
de equipamentos eléctricos usados

1 369 ton
de pilhas e baterias usadas

MDC

PM

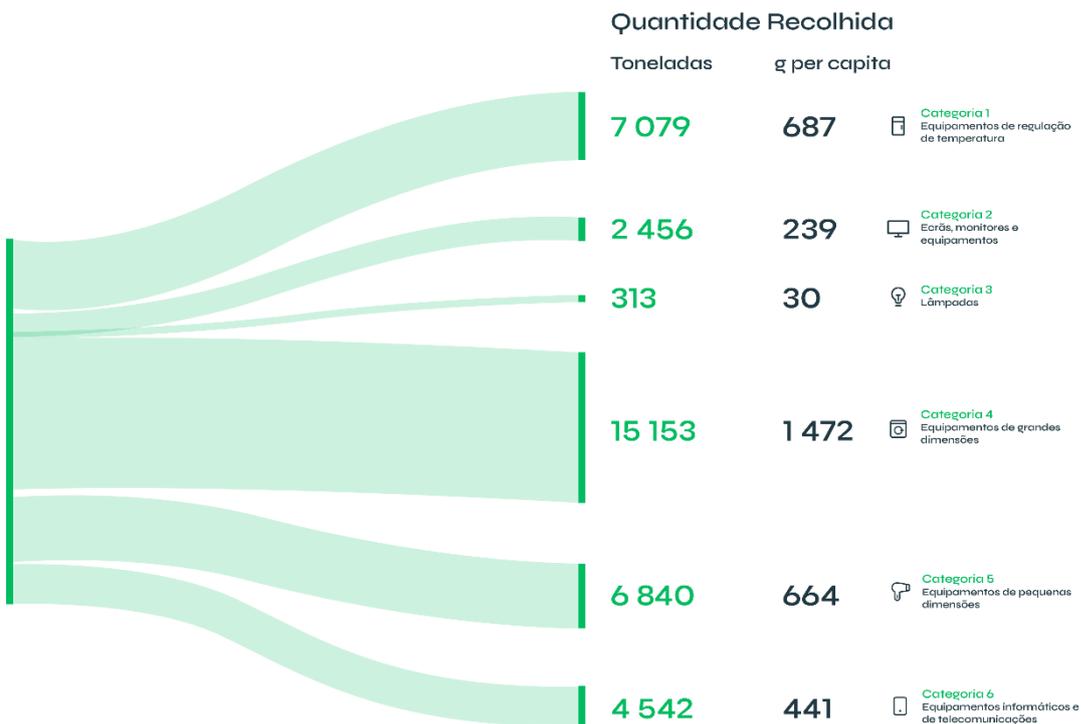
Qly

Traduziu num crescimento homólogo de 31% e 12%, respectivamente.

CP

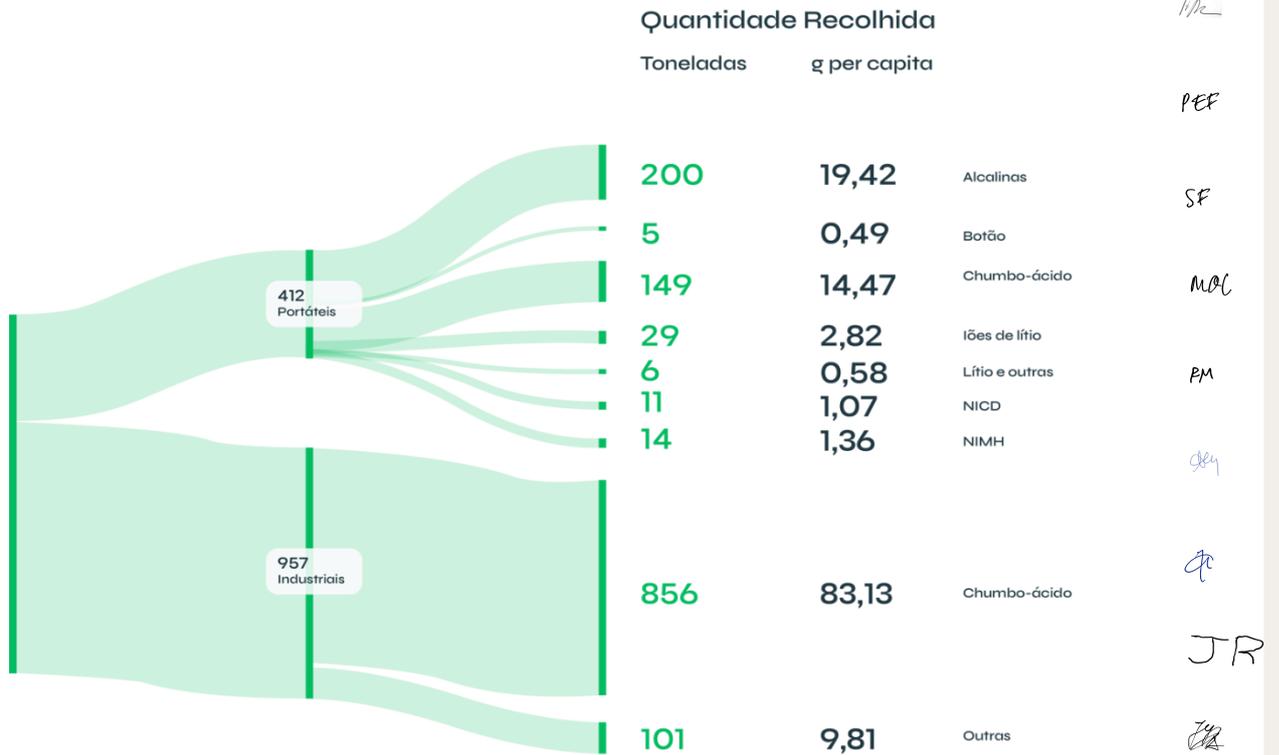
Equipamentos Eléctricos

JR

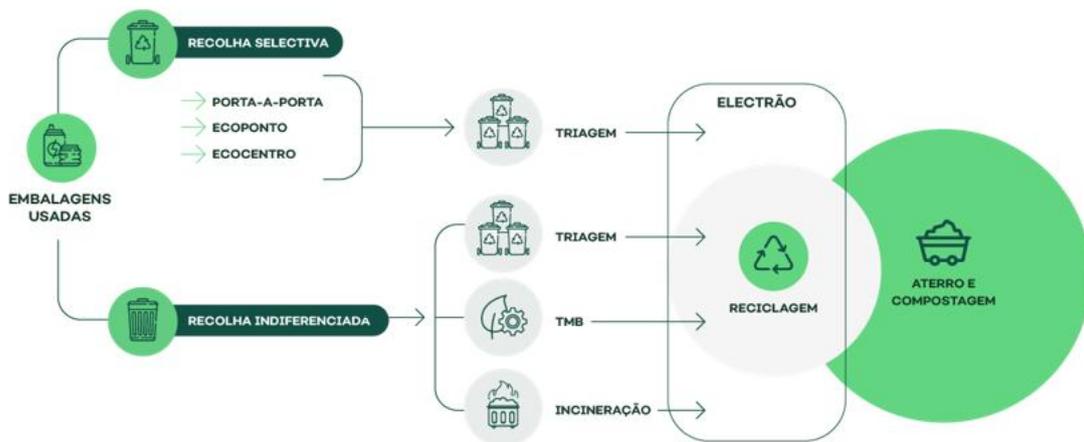


JR

Pilhas e Baterias



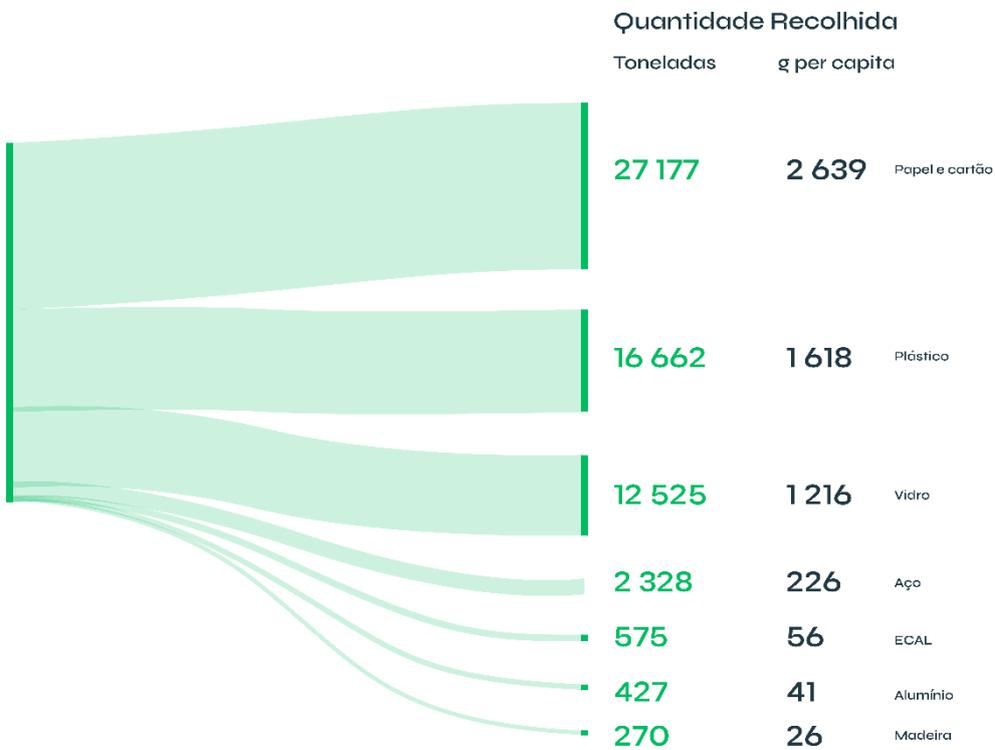
Já no caso dos RE o modelo logístico é completamente distinto. O Electrão retoma os materiais recolhidos e triados pelos municípios/SGRU (p.e. nos ecopontos) e encaminha-os para operadores que selecciona para assegurar a reciclagem dos diversos materiais (p.e. vidro, papel/cartão, plásticos, etc.).



Em 2024 o Electrão encaminhou para tratamento/reciclagem


59 964 ton
 de embalagens usadas

corresponde a um aumento de 6% em relação ao período homólogo.



Me

PEF

SF

MDC

PM

Qly

Q

JR

JR

De

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR



6

Sensibilização e Educação

6 Sensibilização e Educação

O Electrão tem procurado consolidar a sua estratégia de comunicação e sensibilização, através da aposta em campanhas e iniciativas que privilegiam uma maior proximidade e identificação do consumidor e dos agentes envolvidos nos SIGR geridos pela Associação, com a temática do encaminhamento e reciclagem de embalagens, equipamentos eléctricos e pilhas e baterias usados. Apresentam-se de seguida os principais projectos de Investigação e Desenvolvimento, realizados em 2024.

QUARTEL ELECTRÃO

O Quartel Electrão é uma campanha de sensibilização e recolha de pilhas, baterias e equipamentos eléctricos usados nas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. A campanha inclui a vertente da recolha de resíduos nos quartéis, mas tem também uma vertente informativa e educativa, que abrange além de pilhas e equipamentos usados, os resíduos de embalagens. Tem também uma componente de apoio social, na medida em que retribui aos quartéis participantes, o esforço desenvolvido para serem uma referência no tema do ambiente, junto da comunidade.



Público-alvo: AHBV, Empresas, Municípios, Público em geral.

AHBV inscritas: 217;

AHBV c/ recolhas: 194;

Materiais distribuídos: 24 lonas, 2400 folhetos, 240 cartazes; peças de divulgação digitais para redes sociais;

Equipamentos eléctricos usados recolhidos: 2855 toneladas;

Pilhas e baterias usadas recolhidas: 30 toneladas;

Prémios atribuídos no valor de 88 195 €

Pessoas alcançadas; 2 553 837.

ESCOLA ELECTRÃO

A Escola Electrão é um projecto do Electrão, lançado pela primeira vez no ano lectivo de 2008/2009. O objectivo é sensibilizar e envolver professores, alunos, funcionários, pais e comunidade em geral, no esforço da reciclagem, com a recolha de equipamentos eléctricos e pilhas usadas nas escolas. A campanha tem uma acção informativa e educativa, que abrange os equipamentos eléctricos, pilhas e embalagens usados, e que envolve, por exemplo, um jogo online, a

De

PEF

SF

MBC

PM

dey

de

JR

JR

divulgação de vídeos educativos, e um concurso, o "Repórter Electrão", para desenvolvimento de um vídeo sobre a importância da reciclagem, da separação, de hábitos mais sustentáveis, entre outros temas associados à gestão de resíduos.

Público-alvo: Comunidade escolar.

Escolas que aderiram: 768;

Escolas c/ recolhas: 408;

Escolas que receberam prémios: 244;

Equipamentos eléctricos usados recolhidos: 397 toneladas;

Pilhas e baterias usadas recolhidas: 15 toneladas;

Prémios atribuídos no valor de 41 095 €:

- Concurso Repórter Electrão Embalagens (Separar/não separar): 27 trabalhos de 13 escolas;
- Concurso Repórter Electrão Eléctricos (lixo / resíduos): 29 trabalhos de 11 escolas;
- Concurso Repórter Electrão 5 R's: 32 trabalhos de 12 escolas;
- Concurso Repórter IEWD: 42 trabalhos de 18 escolas;
- Desafio IEWD: 30 trabalhos de 30 escolas.

Pessoas alcançadas: 2 473 071.



Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR

RECOLHA PORTA-À-PORTA

Recolha Porta-a-Porta é um projecto de nasceu da vontade do Electrão de contribuir para a melhoria das condições de recolha de grandes equipamentos eléctricos promovida pelos municípios e que tem como principais objectivos: combater a acumulação de equipamentos eléctricos em casa, sensibilizar os cidadãos para o correcto encaminhamento, evitar o desvio destes resíduos na via pública e a sua canibalização.

Com o lema "Na cozinha ou na garagem, o Electrão leva para reciclagem" o projecto envolve a recolha destes resíduos porta-a-porta, com equipas e veículos dedicados, apoiando o cidadão no correcto encaminhamento dos seus resíduos (incluindo pequenos equipamentos, lâmpadas e pilhas). O projecto que arrancou em 2020 em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, abrangeu em 2024, 9 municípios da área metropolitana de Lisboa.

Público-alvo: cidadãos.

Municípios envolvidos: 9

Pilhas e baterias e equipamentos eléctricos usados recolhidas: 457 toneladas;

Nº de recolha: 6314 pedidos;

Peso médio por recolha: 70 kg;

Pessoas alcançadas: 1 025 836.



FAZ PELO PLANETA - ZERO WASTE VILLAGE

O Electrão Faz pelo Planeta é um programa de mobilização que, partindo da promoção da reciclagem de resíduos e da economia circular, quer inspirar os diferentes sectores da sociedade portuguesa (cidadãos, sociedade civil, empresas, escolas, bombeiros, escuteiros, etc.) a tornarem-se agentes de mudança, participando no movimento. O projecto inclui um concurso para identificar os projectos e iniciativas que "já fazem pelo planeta", com especial relevo para a gestão de pilhas e baterias, embalagens e equipamentos eléctricos usados, que em 2024 é alargado a empresas, startups, ONG e outras entidades.

O Movimento tem como objectivo sensibilizar a população para a adopção de hábitos de consumo e práticas mais sustentáveis, promover os princípios da economia circular, explicar o princípio dos 5 R's, explicar a importância da reutilização e reciclagem, como fase final do ciclo de vida dos produtos, mostrando que todas as pequenas acções podem contar, e que está nas nossas mãos o futuro do Planeta

Público-alvo: Municípios, Consumidores, Empresas, Público em geral.

- Envolvimento de Big Changer - 15 Big Changers
- Acção de limpeza de praia com a participação de 20 pessoas;
- Openday em unidade de reciclagem de PET, com a participação de 12 pessoas;
- 4 vencedores, com prémios no valor de 15 mil euros;

Pessoas alcançadas: 2 070 682;



Me

PEF

SF

MOC

PM

Qly

CP

JR

JR

TRANSFORMAR



O Transformar é uma campanha de sensibilização que leva o tema do consumo sustentável e da separação de resíduos até às praias marítimas e fluviais de todo o país, durante a época balnear. Com o objectivo de alertar os veraneantes para o impacto dos resíduos no ambiente, para a necessidade de repensarmos os hábitos e adoptarmos práticas mais sustentáveis, o projecto inclui o desenvolvimento de acções de comunicação e sensibilização em colónias de férias, nas praias, e aos veraneantes, durante a época balnear.

Em complemento à sensibilização e recolha em praia, a campanha conta ainda com acções de limpeza de praia em parceria com a Brigada do Mar, e de limpeza dos mares com a Marinha. Estas acções de limpeza serão também referenciadas para sensibilização e promoção de uma maior consciencialização do público para a importância de cada um fazer o seu papel e assegurar a correcta separação das embalagens em suas casas.

Em 2024 a campanha evoluiu para o desenvolvimento do programa Transformar, que pretende reconhecer projectos que actuem na +área da protecção e limpeza dos oceanos, redução ou transformação e reciclagem de resíduos marinhos, protecção das espécies marinhas, sensibilização e educação ambiental.

Público-Alvo: Público em geral

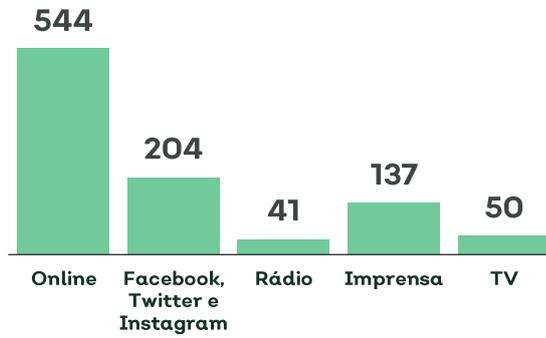
- **Acções de sensibilização com colónias de férias** - 10 acções;
- **Acções de sensibilização e comunicação, em praia, dedicadas às famílias veraneantes** - 10 acções;
- **26 toneladas de resíduos de plástico e metal foram recolhidas das praias e do mar;**

NÚMEROS COMUNICAÇÃO 2024

 **29 673 744**
Alcance das Ações

 **3 374 479€**
Retorno Financeiro (AVE)

 **976**
Notícias



Me

PEF

SF

MDC

PM

dey

de

JR

JR



Pe
PEF
SF
MOC
PM
Qly
CP
JR
JR

7

Investigação e Desenvolvimento

7 Investigação e Desenvolvimento

O Electrão, no âmbito da sua licença, tem procurado promover e financiar acções de investigação e desenvolvimento (I&D) no âmbito da sua responsabilidade de apoio a projectos orientados para a melhoria de processos no domínio da prevenção e gestão de REEE, RPA e RE, nomeadamente ao nível de novas metodologias e processos de reutilização, tratamento e valorização, que fomentem o desenvolvimento de novos métodos e ferramentas de tratamento e optimizem a separação e recuperação de matérias-primas secundárias e a performance ambiental. Apresentam-se de seguida os principais projectos de Investigação e Desenvolvimento, realizados em 2024.

M

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

CONTROLO DE PLÁSTICOS COM RETARDADORES DE CHAMA

Desenvolvimento de um projecto em matéria da prevenção e do controlo da disseminação sem adequado tratamento de plásticos mistos com retardadores de chama existentes em EEE.



JR

Jy



CARACTERIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DE VIDRO, RPA E REEE NOS TMB

Análise dos processos TMB dos vários SGRU e caracterização das fracções de interesse com potencial de recuperação de pilhas, vidro e pequenos REEE. Desenvolvimento de uma proposta de processo técnico de separação de vidro, pilhas e REEE a partir de fracções de TMB, a nível nacional.

CARBONO ELECTRÃO

Avaliação do actual desempenho ambiental do Electrão, definição e implementação de uma estratégia de sustentabilidade, incluindo acções para reduzir as emissões de carbono associadas à actividade do Electrão.

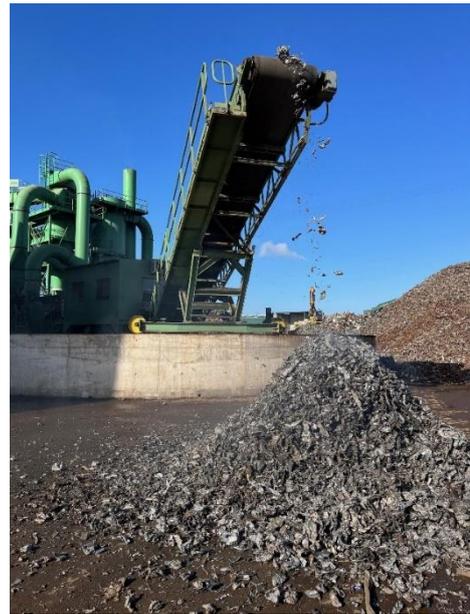
Desenvolver e implementar ferramentas facilitadores da actividade de gestão.

TRATAMENTO DE REEE MISTOS E SEPARAÇÃO DE RPA NOS FRAGMENTADORES

É desde há muito sabido que um dos principais problemas que afectam a gestão dos REEE é a sua classificação como resíduos metálicos e a sua gestão em mistura com estes resíduos. Esta situação continua a verificar-se actualmente, não obstante todos os esforços do Electrão no sentido de aumentarem as quantidades recolhidas selectivamente e da intervenção dos organismos com competência em licenciamento e fiscalização.

Assim, dado que grande parte destas misturas são encaminhadas para unidades de fragmentação, o Electrão iniciou este projecto piloto que visa:

- Avaliar se é possível segregar dessas misturas de resíduos ferrosos os equipamentos eléctricos e seus componentes (tal como pilhas/baterias) à escala industrial;
- Avaliar se é possível triar fracções críticas (condensadores, placas de circuito impresso e pilhas/baterias) dos equipamentos eléctricos e seus componentes previamente ao processo de fragmentação;
- Fragmentar estes equipamentos/ componentes em lote individual, avaliando a capacidade de triagem e descontaminação durante o processo de fragmentação das restantes fracções críticas e de outras fracções de especial preocupação, como plásticos;
- Definir requisitos mínimos de infra-estrutura e procedimentos técnicos para todas as operações atrás mencionadas.



Pretende-se que este projecto piloto abranja todas as unidades de fragmentação que tenham interesse em participar e será supervisionada por uma entidade independente, cuja equipa integrará um auditor WLX/CENELEC, com o objectivo de produzir um relatório com o balanço mássico de todas as operações e as recomendações de melhoria identificadas.

ESTUDO EG-SIGRE: LIMPEZA URBANA

O Estudo Conjunto de Caracterização e Custos de Limpeza Urbana surge no contexto da Directiva Europeia sobre Plásticos de Uso Único e pela legislação nacional em vigor, que transfere, de forma progressiva, a responsabilidade financeira pela limpeza urbana dos resíduos de embalagens indevidamente descartados no espaço público para as Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE). O objectivo central é assegurar um financiamento justo, transparente e eficiente desses custos, promovendo uma gestão partilhada de responsabilidades entre produtores, entidades gestoras e municípios ou freguesias.

Me

PEF

SE

MBC

PM

JL

JP

JR

JL



Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JG

8

Actividade 2024 e Objectivos 2025

8 Actividade 2024 e Objectivos 2025

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

Jy

De acordo com a Circular da APA de Setembro de 2023 - C000023-202309-DRES.DFEMR - foi indicado pela Tutela que o Plano de Actividades e Orçamento Previsional para 2024 seria apenas elaborado no âmbito da nova licença, em data a definir, pelo que não existiu submissão de Plano de Actividades, I&D, SC&E, Auditorias e Orçamento Previsional referente a 2024.

Para o ano de 2025 estão previstas as seguintes actividades:

ACTIVIDADES PREVISTAS PARA 2025

CEO

Avaliação e discussão da implementação de modelos de incentivo económico ao consumidor para a entrega de equipamentos eléctricos, pilhas e baterias usadas e embalagens usadas

Implementação operacional da recolha e triagem de fracções mistas de equipamentos eléctricos, pilhas e baterias e embalagens usadas.

Promoção da gestão individualizada de papeleiras da limpeza urbana e respectiva triagem de equipamentos eléctricos, pilhas e baterias e embalagens usadas.

Implementação de processos tecnológicos de triagem de fracções mistas de equipamentos eléctricos, pilhas e baterias e embalagens usadas com proveniência dos TMB.

Implementação de modelo de gestão financeira autónoma para a recolha e reciclagem de painéis fotovoltaicos

Implementação de plano de gestão e mitigação de risco de incêndio na gestão de equipamentos eléctricos e pilhas e baterias usadas

Implementação de estratégia conjunta de incentivos para o aumento dos equipamentos eléctricos usados recolhidos e tratados autonomamente pelos operadores

OPERAÇÃO

Desenvolvimento da rede de Reutilização e de Reparação/Recondicionamento com o levantamento de potenciais parceiros e reforço das acções já em curso (Centro de Reutilização, Ondedoar.pt)

Desenvolvimento da rede de recolha de eléctricos, pilhas e embalagens usadas

Aumento da autonomia e eficiência de recolha e triagem de eléctricos e pilhas usadas

Implementação de centros de recolha do Electrão para a recolha e armazenagem preliminares, bem como para o suporte de projectos de reutilização, comunicação e investigação e desenvolvimento

ADERENTES

Desenvolvimento da proposta de valor para aderentes, optimizando os processos inerentes ao multifluxo (simplificação administrativa), apoio de *compliance* ambiental e promoção de acções de comunicação, sensibilização e ID, bem como oferecer uma resposta eficaz às necessidades de recolha e reciclagem de resíduos.

Iniciativa de detecção e mitigação de práticas de *freeriding*, nomeadamente as que possam estar associadas a *marketplaces*, importações directas, entre outros.

ACTIVIDADES PREVISTAS PARA 2025

Desenvolvimento de acções que promovam o envolvimento dos aderentes potenciando o seu papel na promoção da recolha junto do consumidor e outros stakeholders relevantes como sendo, distribuidores, instaladores, reparadores.

M

Concepção de campanhas, acções e comunicação que promovam o envolvimento dos aderentes potenciando o seu papel de agente de divulgação e sensibilização ao consumidor e outros stakeholders relevantes como sendo, distribuidores, instaladores, reparadores

PEF

COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

SF

Implementação do Plano Anual de Comunicação 2025;

Promoção de um maior envolvimento de empresas produtoras, parceiros operacionais, municípios e outros stakeholders no funcionamento, desenvolvimento e inovação do sistema de gestão de resíduos, com a realização de acções de sensibilização, workshops e formação;

MOC

Reforço das campanhas de comunicação e recolha, como suporte para o desenvolvimento da rede e a obtenção de melhores resultados de recolha de resíduos;

PM

Promoção do aumento de visibilidade e do reconhecimento do Electrão, pelo público em geral e pelos stakeholders, através dos meios de comunicação e das plataformas digitais

dey

DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADE

Estudo de novas áreas de actividade da responsabilidade alargada do produtor e análise do respectivo impacto na actividade dos sistemas de reciclagem sob gestão pelo Electrão

JP

Implementação de projectos de desenvolvimento das sinergias operacionais e económicas com impacto no aumento da recolha dos diferentes fluxos de resíduos.

JR

Gestão e implementação dos projectos de desenvolvimento previstos no âmbito do das Licenças, Unilex e RGGR

JG

FINANCEIRO

Implementação das alterações de rubricas de balancete da esfera operacional e de gestão de projectos de ID e ECS

Adequação do reporte financeiro mensal e anual ao formato dos novos modelos de prestações financeiras e requisitos das Novas Licenças

Análise e implementação de centros de custo internos do Electrão e respectivos reportes

Análise e Preparação de processo de fecho de contas de período de Licenças

RECURSOS HUMANOS

Revisão e consolidação da Política de Desenvolvimento de Talento (Plano de Carreira) do Electrão

Implementação do Plano de Formação 2025-2026

Promoção de programas e dinâmicas organizacionais que potenciam o bem-estar, diversidade e inclusão dos colaboradores do Electrão

COMPLIANCE E PROJETO

Desenvolvimento de ferramentas de compliance ao abrigo das novas licenças e do novo quadro regulatório e legislativo da gestão de resíduos

Desenvolvimento de ferramenta para o cálculo da pegada de Carbono e produção de métricas para reporte ESG

Assessment à resiliência dos sistemas de IT do Electrão e implementação de procedimentos no âmbito da Cibersegurança

Promoção e desenvolvimento da digitalização da actividade nas diferentes áreas do Electrão

Acompanhamento e monitorização da execução dos planos anual de actividades, auditorias, ID e SCE

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

A posição financeira do Electrão à data de encerramento dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresentava-se da seguinte forma:

Balanço	Valor líquido 2024	Valor líquido 2023	Variação Var.absoluta	Var.%
Activo				
Activos fixos tangíveis	931.751,75	1.130.255,08	(198.503,33)	-17,6%
Activos intangíveis	322.846,17	-	322.846,17	100,0%
Outros activos financeiros	16.726,87	16.726,87	-	0,0%
Dívidas de terceiros	10.481.322,75	9.352.039,29	1.129.283,46	12,1%
Depósitos bancários e caixa	2.596.415,40	1.317.937,35	1.278.478,05	97,0%
Acréscimos e diferimentos activos	5.106.635,44	3.006.211,35	2.100.424,09	69,9%
	19.455.698,38	14.823.169,94	4.632.528,44	31,3%
Fundos Patrimoniais e Passivo				
Património associativo	665.000,00	630.000,00	35.000,00	5,6%
Resultados transitados	1.597.729,16	1.600.672,01	(2.942,85)	-0,2%
Reservas contratuais	1.405.369,47	1.185.191,04	220.178,43	18,6%
Resultado líquido do período	4.201.337,10	217.235,58	3.984.101,52	1834,0%
Provisões	-	748.884,94	(748.884,94)	-100,0%
Dívidas a terceiros	8.528.853,99	8.442.462,32	86.391,67	1,0%
Acréscimos e diferimentos passivos	3.057.408,66	1.998.724,05	1.057.684,61	52,9%
	19.455.698,38	14.823.169,94	4.632.528,44	31,3%

(valores em Euros)

O acréscimo do activo total do Electrão (de 14,8M em 31 de Dezembro de 2023 para EUR 19,4M em 31 de Dezembro de 2024) teve por base a conjugação dos seguintes principais factores:

- A nível dos activos fixos tangíveis, o decréscimo de 17,6% reflecte um menor volume de aquisições face ao ano anterior, essencialmente concentradas em equipamento diverso para as instalações, descontado do ritmo regular de depreciação dos activos pré-existentes;
- Registo, em 2024, da aquisição do direito de superfície de um armazém, com vista ao alargamento da capacidade operacional da Associação;
- A rubrica de outros activos financeiros regista as contribuições efectuadas pela Associação para o Fundo de Compensação do Trabalho;
- Em sede de dívidas de terceiros, o acréscimo verificado face a 2023 (12,1%) é fundamentalmente suportado pelo crescimento dos valores em cobrança relativos a prestações financeiras de embalagens e de equipamentos eléctricos e electrónicos, em função da evolução das prestações financeiras (embalagens) e da acrescida colocação no mercado verificada em 2024 (eléctricos);

- A evolução verificada na rubrica “depósitos bancários e caixa” (acrésimo de 97,0% face a 2023) em boa medida reflecte o desempenho positivo da Associação, com o consequente acrésimo de meios libertos;
- A variação positiva verificada em sede de acréscimos e diferimentos activos (69,9%) assentou fundamentalmente no acrésimo registado em sede de mecanismo de compensação entre entidades gestoras (MAC- cerca de EUR 1M), bem como das prestações financeiras e de resíduos pendentes de facturação no final de 2024 face ao período homólogo (cerca de EUR 0,9M);
- A rubrica “reservas contratuais” reflecte a transferência para esta, das rubricas “resultados transitados” e “resultado líquido do período”, relativamente aos resultados obtidos nos períodos de 2020 a 2023;
- A evolução registada na rubrica “provisões” (decrésimo de 100,0% face a 2023), conforme melhor detalhado na nota 12. do anexo, foi integralmente suportada pelo integral consumo da provisão relativa a matérias ambientais, à luz do estabelecido na nova geração de licenças, a vigorar até ao final de 2034;
- Finalmente, as variações verificadas na rubrica “dívidas a terceiros” (mais 1,0% face a 2023) e, fundamentalmente, na rubrica “acrésimos e diferimentos passivos” (acrésimo de 52,9% face a 2023) reflectem o substancial crescimento da actividade operacional do Electrão registado em 2024, em todos os fluxos específicos de resíduos por si geridos.

*Me**PEF**SF**MOC**PM**dey**JP**JR**Jy**PM*

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Relativamente ao resultado das operações do Electrão nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o mesmo sintetizava-se da seguinte forma:

Rendimentos	2024	2023	Variação	Var.%
Vendas e prestações de serviços	37.204.387,94	25.892.966,20	11.311.421,74	43,7%
Outros rendimentos	64.155,05	154.623,31	(90.468,26)	-58,5%
Rendimentos financeiros	-	-	-	-
	37.268.542,99	26.047.589,51	11.220.953,48	43,1%

Gastos	2024	2023	Variação	Var.%
FSE - Gastos operacionais	25.978.793,93	24.530.204,26	1.448.589,67	5,9%
FSE - Gastos não operacionais	3.751.593,80	3.562.483,65	189.110,15	5,3%
Gastos com o pessoal	1.872.690,20	1.636.730,59	235.959,61	14,4%
Depreciações e ajustamentos	275.811,59	277.196,78	(1.385,19)	-0,5%
Provisões	(748.884,94)	(5.047.170,88)	4.298.285,94	-85,2%
Outros gastos	1.937.201,31	870.909,53	1.066.291,78	122,4%
Resultado líquido do período	4.201.337,10	217.235,58	3.984.101,52	1834,0%
	37.268.542,99	26.047.589,51	11.220.953,48	43,1%

(valores em Euros)

O acréscimo do total dos rendimentos, de EUR 26M no período findo em 31 de Dezembro de 2023 para EUR 37,3M no período findo em 31 de Dezembro de 2024 encontra suporte no acréscimo de 51,7% na rubrica “vendas”, fruto da evolução registada em sede de vendas de resíduos, responsável por cerca de EUR 3,1M de crescimento de rédito, e fundamentalmente no acréscimo de 62,9% do rédito proveniente das prestações financeiras / ecovalores de embalagens (EUR 6,8M€ adicionais face a 2023);

Para a variação verificada nos gastos totais (de EUR 25,8M no período findo em 31 de Dezembro de 2023 para EUR 33,1M no período findo em 31 de Dezembro de 2024) concorreram os seguintes principais factores:

- Acréscimo de 5,9% em sede de fornecimentos e serviços externos / operacionais, reflectindo fundamentalmente a evolução notada no sistema de gestão de embalagens (acréscimo de EUR 2,4M / 14,9% face a 2023) em função do aumento das quantidades tratadas e dos valores de contrapartida praticados, uma vez que o sistema de gestão de equipamentos eléctricos e electrónicos (decréscimo de EUR 0,8M / 9,8% face a 2023) beneficiou da efectivação dos valores de compensação instituídos ao abrigo do mecanismo de compensação entre entidades gestoras, num cenário de crescimento sustentado das quantidades geridas;
- Acréscimo de 5,3% em fornecimentos e serviços externos / não operacionais, fundamentalmente fruto do desempenho verificado na rubrica de comunicação e

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JG

PM

sensibilização (C&S - mais EUR 0,15M face a 2023), num cenário agregado de estabilidade nas restantes rúbricas não operacionais;

- Acréscimo de 14,4% na rúbrica “gastos com o pessoal”, fundamentalmente fruto do reforço da equipa verificado no ano (mais 4 pessoas, passando de 26 no final de 2023 para 30 no final de 2024);
- Decréscimo de 0,5% na rúbrica “depreciações e ajustamentos”, reflectindo uma estabilização das adições verificadas a nível de activos fixos tangíveis, bem como do registo de imparidades a nível de valores a receber de aderentes, que ascendeu a cerca de EUR 0,02M;
- Relativamente ao comportamento evidenciado pela rúbrica “provisões” (decréscimo de EUR 4,3M face a 2023), vide comentário acima inscrito, relativamente à análise dos principais agregados do balanço;
- Por fim, o acréscimo de 122,4% verificado na rúbrica “outros gastos” resulta essencialmente do exponencial aumento verificado em sede da taxa de gestão de resíduos suportada pela Associação, face ao exercício de 2023 (cerca de EUR 0,8M adicionais).

*Me**PEF**SE**MOC**PM**dey**JP**JR**JR**PM*

DECOMPOSIÇÃO DOS GASTOS POR FLUXO ESPECÍFICO DE RESÍDUOS

Gastos Operacionais	Total	Embalagens	EEE	P&A
Recolha seletiva	19.720.197,60	17.552.776,56	2.130.842,28	36.578,76
Triagem	789.384,28		780.136,71	9.247,57
Transporte	1.463.847,43	172.112,67	1.282.153,45	9.581,31
Reciclagem	3.734.628,29	830.376,75	2.847.193,70	57.057,84
Outros	270.736,33		244.049,71	26.686,62
Total gastos operacionais	25.978.793,93	18.555.265,98	7.284.375,85	139.152,10
FSE - Gastos não Operacionais				
TGR	1.491.508,14	79.601,17	1.375.342,91	36.564,06
FSE - Comunicação & Sensibilização	2.058.184,31	1.283.391,99	715.651,03	59.141,29
FSE - Investigação & Desenvolvimento	554.592,53	343.164,36	195.349,11	16.079,06
FSE - Outros				
Serviços de informática	246.287,29	116.186,61	96.406,53	33.694,15
Consultoria técnica	169.965,48	80.181,61	66.531,18	23.252,69
Outros trabalhos especializados	426.240,25	201.079,84	166.847,20	58.313,21
Rendas	71.272,41	33.622,93	27.898,83	9.750,66
Deslocações e estadas	53.052,38	25.027,58	20.766,79	7.258,01
Comunicações	60.442,72	28.513,99	23.659,66	8.269,07
Energia e fluídos	22.180,50	10.463,70	8.682,32	3.034,48
Seguros	22.152,81	10.450,64	8.671,48	3.030,69
Outros gastos	67.223,16	31.712,68	26.313,79	9.196,69
Outros gastos não operacionais				
Pessoal	1.872.690,20	883.445,98	733.044,62	256.199,60
Amortizações	258.965,85	27.454,84	222.577,81	8.933,20
Imparidades	16.845,74	7.947,02	6.594,09	2.304,64
Outros gastos	445.692,94	11.043,36	429.618,21	5.031,37
Total gastos não operacionais	7.837.296,71	3.173.288,30	4.123.955,55	540.052,86

(valores em Euros)

A supra-referida decomposição, no que às componentes “FSE-Outros” e “Outros gastos não operacionais” concerne, teve por base uma diversidade de indicadores relativos a cada sistema de gestão de fluxo específico de resíduos, designadamente:

- o número de contratos de produtor;
- o número de locais de recolha/retoma de resíduos;
- a facturação total;

sendo considerado o peso de cada um deles no computo global dos referidos gastos.

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JG

PM



1/2

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JR

PM

9

Fecho de Contas de Licenças

9 Fecho de Contas de Licenças

Me

PEF

SF

MOC

PM

JG

JP

JR

JG

PM

Para efeitos do cumprimento do ponto n.º 15 do Artigo 11.º do UNILEX:

“As entidades gestoras devem realizar um fecho de contas no final da validade da respetiva licença, bem como prestar eventuais esclarecimentos solicitados pela APA, I. P., e pela DGAE, sendo as mesmas reabertas no início da vigência da nova licença, caso aplicável, independentemente do dia do ano em que esta entre em vigor.”

Apresenta-se de seguida o exercício de fecho de contas das licenças geridas pelo Electrão cujo fim de ciclo ocorreu a 31 de Dezembro de 2024, tendo por base o ofício C000030-202312-DRES.DFEMR:

- Os saldos de compensação foram devidamente contabilizados, em conformidade com as regras da contabilidade, conforme expresso na nota 17. do anexo às demonstrações financeiras;
- No que concerne às Reservas e Provisões, considerando o que vem preconizado no n.º 14 do artigo 11º do UNILEX, na sua redacção actual, que determina que o Electrão deve ter implementado um sistema de contabilidade de gestão, que deve permitir a separação entre fluxos, por forma a assegurar a adequada prestação de contas nos termos exigidos pelas licenças, importa referir que a gestão financeira dos diferentes fluxos do Electrão é desenvolvida com total isolamento das diferentes rúbricas, designadamente resultados transitados, reservas legais e provisões;
- No âmbito da gestão multifluxo do Electrão, na presente geração de licenças, foram implementados procedimentos internos para garantir o não financiamento cruzado na actividade do Electrão, e que foram partilhados e validados pela APA/DGAE; de destacar as diferentes auditorias à actividade e relatórios, sendo que o presente relatório apresenta a decomposição de gastos por fluxo específico de resíduos (vide capítulo 8. supra), onde fica demonstrada a estanquicidade entre colégios; de referir ainda, a construção de modelos de prestação financeira verificados por entidade independente, com exercício dedicado de despiste de *crossfinancing*.

Com este enquadramento, apresentamos para cada um dos fluxos específicos de resíduos geridos pelo Electrão, o exercício de fecho de licenças em matéria de reservas e provisões:

Embalagens		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gastos totais		7.940.898,86	10.310.718,88	13.937.648,00	19.390.753,00	20.481.955,78	18.549.003,00	21.728.554,28
Reservas legais		-	-	96.394,28	109.432,44	119.900,50	143.783,26	282.814,71
Provisão Unilex		-	-	-	1.184.700,05	2.908.612,94	-	-
% reservas/gastos		-	-	0,69%	0,56%	0,59%	0,78%	1,30%
% provisão Unilex/gastos		-	-	-	6,11%	14,20%	-	-

Me

PEF

SF

EEE		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gastos totais		8.166.389,64	9.989.716,36	10.090.931,96	9.009.563,06	10.287.997,36	11.458.199,00	11.408.331,40
Reservas legais		-	-	-	43.812,60	43.812,60	43.812,60	43.812,60
Provisão Unilex		-	-	-	857.729,22	505.424,82	-	-
% reservas/gastos		-	-	-	0,49%	0,43%	0,38%	0,38%
% provisão Unilex/gastos		-	-	-	9,52%	4,91%	-	-

MOC

PM

P&A		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gastos totais		146.224,50	237.220,56	418.072,00	439.050,00	513.936,99	870.323,00	679.204,96
Reservas legais		-	-	38.772,79	51.810,95	62.279,01	86.161,77	86.161,77
Provisão Unilex		-	-	-	16.722,87	26.343,02	-	-
% reservas/gastos		-	-	9,27%	11,80%	12,12%	9,90%	12,69%
% provisão Unilex/gastos		-	-	-	3,81%	5,13%	-	-

dey

JP

JR

JG

De seguida apresentamos a análise sumária e comparativa entre o início e o fim da licença acerca dos principais indicadores de desempenho operacional e desempenho económico-financeiro, de cada fluxo:

PM

Evolução do gasto operacional médio

Embalagens		2018	2024
Gastos operacionais		7.154.587,30€	18.555.265,98€
Quant Recolhidas		27.530	59.964
€/ton médio		259,88	311,43

EEE		2018	2024
Gastos operacionais		5.881.656,10€	7.284.375,85€
Quant Recolhidas		42.620	36.383
€/ton médio		138,00€	200,21€

P&A		2018	2024
Gastos operacionais		43.988,34€	139.152,10€
Quant Recolhidas		259,1	1.369
€/ton médio		169,77€	101,65€

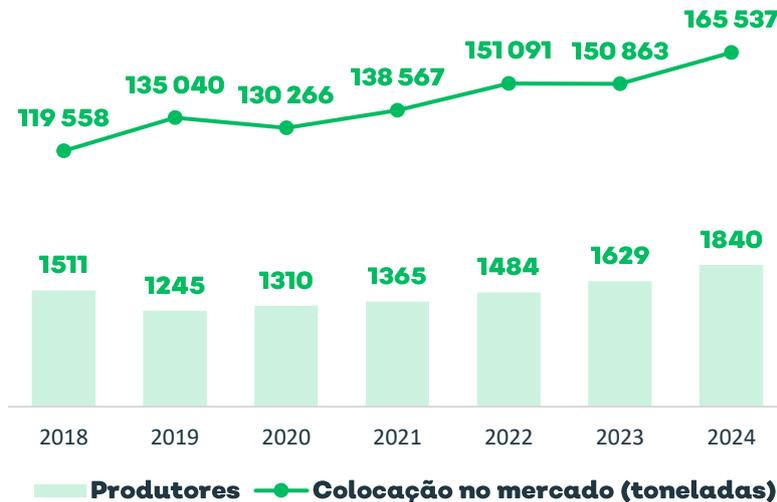
No ciclo de licenças, que se encerrou em 2024, os três sistemas de gestão de resíduos do Electrão apresentaram os seguintes resultados nas suas diversas áreas:

Equipamentos Eléctricos

- Produtores e Mercado

A licença de equipamentos eléctricos entrou em vigor desde Julho de 2018. Desde 2019, data em que foi feita a renovação dos contratos ao abrigo da nova licença, o número de produtores aderentes tem vindo a crescer gradualmente, **com um crescimento médio anual na ordem do 8%, e com um crescimento global de 48%** (excluindo o ano 2018).

No que diz respeito à colocação anual no mercado de equipamentos eléctricos, em toneladas, registou-se um **crescimento médio anual de 4%, e um crescimento global entre 2019 e 2024 de 23%** (referência 2019-2024).



- Rede Electrão

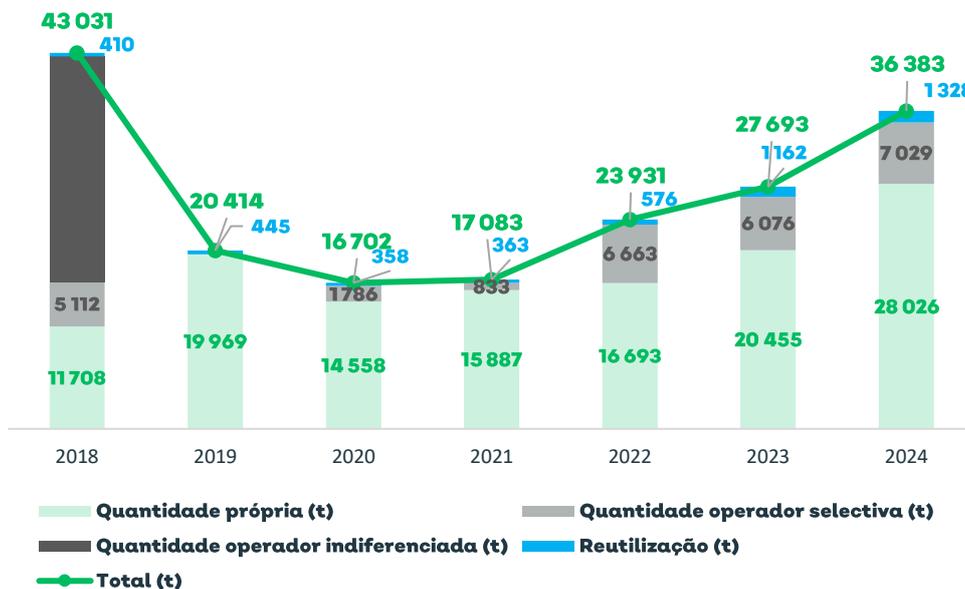
Os locais de recolha de equipamentos eléctricos da Rede Electrão registaram um crescimento muito significativo durante o período da licença. A rede, que no final de 2018 contava com 3 540 locais de recolha, e em 2019 já com 4 907, **atingiu no final de 2024 um número de 13 473, o que representa um crescimento global na ordem dos 175% e um crescimento médio anual de 23%** (referência 2019-2024).



M
PEF
SF
MOC
PM
J
JR
J
PM

As recolhas efectuadas pela Rede Electrão, que integram os locais de recolha próprios, mas também o dos operadores de tratamento, registaram, no período da licença, uma tendência de crescimento, com excepção de 2020, em que se registou um decréscimo de 18% face a 2019. Em 2021 a quantidade recolhida ainda foi inferior à referência de 2019, mas a partir de 2022 registou-se um aumento significativo das quantidades de equipamentos eléctricos recolhidas (que superou a referência de 2019). **Em 2024 foram recolhidas 36 383 toneladas de resíduos, mais 78% que em 2019. Globalmente a recolha aumentou uma média de 14% ao ano.**

No que diz respeito à **reutilização**, também se registou um aumento muito significativo, em especial a partir de 2023, em que foram reutilizadas 1 162 toneladas, mais 102% face a 2022 (576 toneladas).



De referir ainda que a **recolha na rede própria se situou sempre acima dos 50%, com um valor médio de 79%**. Já no que diz respeito às **taxas de reciclagem e valorização**, o valor médio global, no conjunto das seis categorias de equipamentos eléctricos, foi de 77% e 84%, respectivamente.

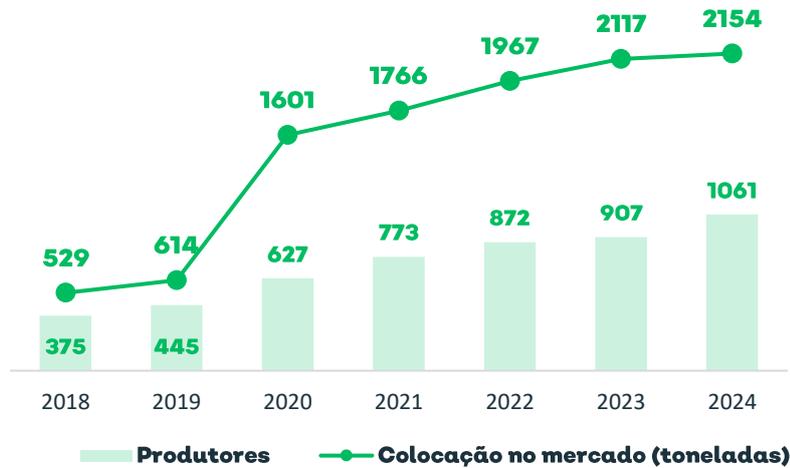
Exclui-se da análise anterior o ano de 2018, por ter sido um ano de transição (licença entrou em vigor em Julho), onde ainda foram contabilizadas quantidades provenientes da recolha indiferenciada dos operadores.

Me
PEF
SF
MOC
PM
Jey
JR
Jey
PM

Pilhas e Baterias

- **Produtores e Mercado**

Com o arranque na nova licença em 2018, o Electrão viu a sua posição reforçada no que diz respeito ao número de produtores e à respectiva colocação de pilhas e baterias no mercado. Este **crescimento teve especial expressão entre 2019 e 2020, com um aumento de 41% dos produtores aderentes e de 161% da colocação no mercado de pilhas e baterias**. No global registou um **crescimento de 183% no número de aderentes, e de 307% na colocação no mercado**, sendo que os crescimentos médios anuais foram de 19% e 35%, respectivamente.



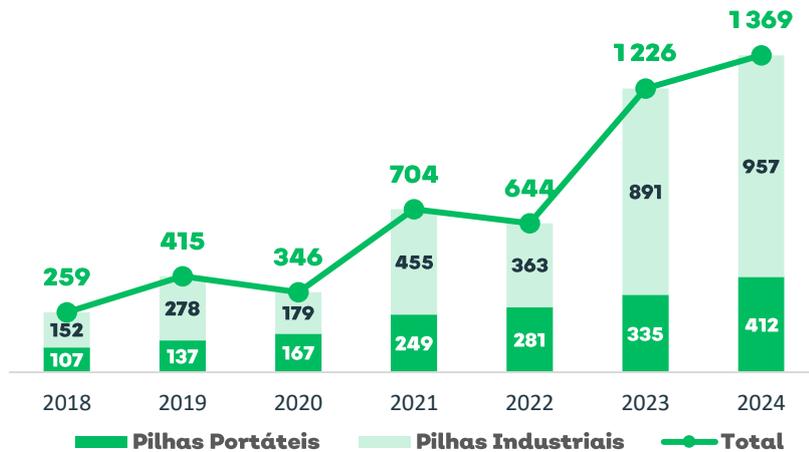
- **Rede Electrão**

Durante o período de 7 anos da licença, a rede de locais de recolha de pilhas e baterias do Electrão aumentou significativamente. O ano de arranque, 2018, fechou com um total de 1 235 locais de recolha destes resíduos, que se comparam com os **8 735 locais no final de 2024, num crescimento global de 607% e um crescimento médio anual de 43 %**.



A recolha de pilhas e baterias entre 2018 e 2024 cresceu globalmente, tendo registado um **aumento de 429%, a uma média anual de 41%**. Esta tendência é mais evidente nas pilhas portáteis, cuja recolha tem crescido a um ritmo mais ou menos constante, numa média de 26% ao ano. Já as pilhas industriais tiveram um decréscimo nos anos de 2019 e 2022, mas em contrapartida tiveram aumentos muitos significativos nos anos de 2021 e 2023. **No total em 2024 foram recolhidas 1 369 toneladas de pilhas e baterias usadas, num máximo histórico.**

Me
PEF
SF
MOC
PM
Jey
JR
JR
PM



Embalagens

- Produtores e Mercado

O sistema de gestão de resíduos de embalagens do Electrão arrancou em 2018. Logo no primeiro ano de actividade 156 embaladores aderiram ao sistema, que colocaram no mercado 50 245 toneladas. 6 anos depois, o sistema teve um crescimento muito acentuado. **No final de 2024, contava com 599 embaladores aderentes, que representaram uma colocação no mercado de 94 336 toneladas de embalagens.** No balanço global, o número de aderentes cresceu 284%, num crescimento médio anual de 26%, e a colocação no mercado aumento 88% (2024 face a 2019), com um crescimento médio anual de 12%. Os anos em que se registou um crescimento maior da colocação no mercado de embalagens foram 2019 (43%) e 2020 (23%), sendo que em 2024, comparativamente com 2023, se registou um decréscimo de 4%.



Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

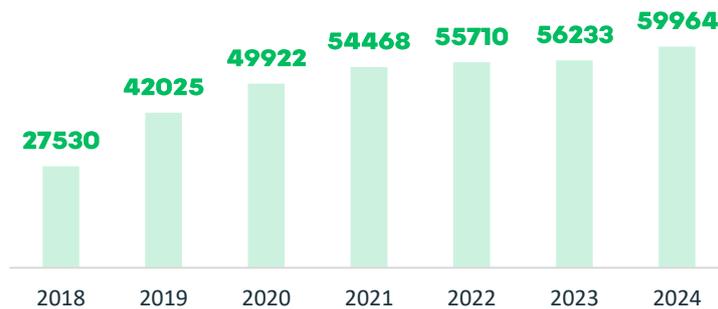
Jy

PM

- Retoma e Tratamento

A recolha de embalagens é assegurada pelos vários sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU), sendo que o Electrão é responsável por encaminhar as embalagens que resultam desta recolha, já depois de triadas por tipologia de material, e na proporção da sua quota de mercado. Dessa forma, a retoma de resíduos embalagens ao longo dos 7 anos de licença, cresceu substancialmente, acompanhando a tendência de crescimento da colocação de embalagens no mercado pelos seus embaladores.

Em 2024 o Electrão retomou e enviou para reciclagem 59 964 toneladas de embalagens, tendo registando-se um aumento, comparativamente a 2018, de 118%, com um crescimento médio anual de 15%.



Handwritten signature

PEF

SF

MOC

PM

Handwritten signature

Handwritten signature

JR

Handwritten signature

PM



Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JR

PM

10

Factores relevantes ocorridos após o término do Período

10 Factores relevantes ocorridos após o término do Período

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período findo em 31 de Dezembro de 2024.

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR

PM



Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR

PM

11

Proposta de Aplicação de Resultados

11

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo apurado no período findo em 31 de Dezembro de 2024, no montante de EUR 4.201.337,10 (quatro milhões duzentos e um mil trezentos e trinta e sete euros e dez cêntimos) seja aplicado da seguinte forma, de acordo com o disposto nas licenças para gestão de fluxos específicos de resíduos concedidas pelo Estado Português à Associação:

- EUR 2.155.899,49 para reservas
- EUR 2.045.437,61 para resultados transitados

Restelo, 25 de Fevereiro de 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

MULTIMAC – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, S.A.

Categoria 1

DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, S.A.

Categoria 2

SAMSUNG - ELECTRÓNICA PORTUGUESA, UNIPessoal, LDA.

Categoria 3

SIGNIFY PORTUGAL, UNIPessoal, LDA.

Categoria 4

GENERAL ELECTRIC HEALTHCARE PORTUGAL, SOC. UNIPessoal, LDA.

Categoria 5

GROUPE SEB IBÉRICA, S.A.

Categoria 6

CANON PORTUGAL, S.A.

Pilhas e Acumuladores

MULTIMAC – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, S.A.

Embalagens

GROUPE SEB IBÉRICA, S.A.

Embalagens

LIDL & COMPANHIA

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JG

PM



PM

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JR

PM

12

Demonstrações Financeiras - Anexo

12 Demonstrações Financeiras

BALANÇO

ELECTRÃO - Associação de Gestão de Resíduos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Montantes
expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2024	31.12.2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	931.751,75	1.130.255,08
Activos intangíveis	6	322.846,17	-
Outros créditos e activos não correntes	7	16.726,87	16.726,87
		1.271.324,79	1.146.981,95
Activo corrente			
Créditos a receber	8	15.308.219,97	12.129.731,40
Estado e outros entes públicos	9	1.488,06	400,00
Diferimentos	10	278.250,16	228.119,24
Caixa e depósitos bancários	4	2.596.415,40	1.317.937,35
		18.184.373,59	13.676.187,99
Total do activo		19.455.698,38	14.823.169,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11	665.000,00	630.000,00
Reservas	11	1.405.369,47	1.185.191,04
Resultados transitados	11	1.597.729,16	1.600.672,01
Resultado líquido do período		4.201.337,10	217.235,58
Total dos fundos patrimoniais		7.869.435,73	3.633.098,63
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	12	-	748.884,94
		0,00	748.884,94
Passivo corrente			
Fornecedores	13	7.776.145,85	7.497.340,18
Estado e outros entes públicos	9	519.341,62	359.623,39
Financiamentos obtidos	14	50.000,00	400.000,00
Outros passivos correntes	15	3.240.775,18	2.184.222,80
		11.586.262,65	10.441.186,37
Total do passivo		11.586.262,65	11.190.071,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		19.455.698,38	14.823.169,94

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Paulo Enrique Susana Fundadora Oliveira Costa (Lda) (Grupo Sete) José Ricardo Filipe



60

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	16	37.204.387,94	25.892.966,20
Fornecimentos e serviços externos	17	(29.730.387,73)	(28.092.687,91)
Gastos com o pessoal	18	(1.872.690,20)	(1.636.730,59)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(16.845,74)	(64.133,48)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	12	748.884,94	5.047.170,88
Outros rendimentos	19	64.155,05	154.623,31
Outros gastos	20	(1.931.198,06)	(870.909,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.466.306,20	430.298,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(258.965,85)	(213.063,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.207.340,35	217.235,58
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	21	(6.003,25)	-
Resultado antes de impostos		4.201.337,10	217.235,58
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		4.201.337,10	217.235,58

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Paulo Henrique Susana Fundadora Alinhara Investimentos (C&F Empre Sob)



João Henrique Ribeiro, José Ricardo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

ELECTRÃO - Associação de Gestão de Resíduos

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2023

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais	
Posição no início do período 2023	1 630.000,00	0	2.671.308,77	114.554,28	3.415.863,05	
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		1.185.191,04	(1.070.636,76)	(114.554,28)	-	
	2	1.185.191,04	(1.070.636,76)	(114.554,28)	-	
Resultado líquido do período	3			217.235,58	217.235,58	
Resultado integral	4=2+3			102.681,30	217.235,58	
Posição no fim do período 2023	6=1+2+3	630.000,00	1.185.191,04	1.600.672,01	217.235,58	3.633.098,63

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2024

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais	
Posição no início do período 2024	6 630.000,00	1.185.191,04	1.600.672,01	217.235,58	3.633.098,63	
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	35.000,00	220.178,43	(2.942,85)	(217.235,58)	35.000,00	
	7	35.000,00	220.178,43	(2.942,85)	(217.235,58)	35.000,00
Resultado líquido do período	8			4.201.337,10	4.201.337,10	
Resultado integral	9=7+8			3.984.101,52	4.236.337,10	
Posição no fim do período 2024	6+7+8	665.000,00	1.405.369,47	1.597.729,16	4.201.337,10	7.869.435,73

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Pablo Enrique Susana Fernández Oliveira (Presidente do Conselho de Administração)




DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Electrão - Associação de Gestão de Resíduos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

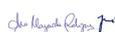
	NOTAS	Montantes expressos em Euros	
		2024	Períodos 2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de aderentes		43.679.145,67	29.281.882,91
Pagamentos a fornecedores		(35.801.243,19)	(29.609.015,81)
Pagamentos ao pessoal		(1.068.213,31)	(931.875,63)
Caixa gerada pelas operações		6.809.689,17	(1.259.008,53)
Pagamento/ Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/ pagamentos		(5.158.269,76)	(2.265.800,93)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.651.419,41	(3.524.809,46)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(85.095,19)	(307.046,22)
Activos Intangíveis		(322.846,17)	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	(1.101,61)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(407.941,36)	(308.147,83)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Realização de fundos		35.000,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		35.000,00	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.278.478,05	(3.832.957,29)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.317.937,35	5.150.894,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.596.415,40	1.317.937,35

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Pablo Enrique Susana Fundadora Oliveira Costa (Lda) (Grupo Seb)


ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Electrão – Associação de Gestão de Resíduos (anteriormente designado por AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos), NIPC 509 300 421, doravante abreviadamente designado por Associação ou Electrão, é uma associação sem fins lucrativos, constituída por produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos no dia 27 de Abril de 2005. Surgiu para dar resposta às obrigações impostas pelo Decreto-Lei 230/2004 de 10 de Dezembro, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva nº2002/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003 e a Directiva nº 2002/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva nº 2003/108/CE, do Parlamento do Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro, entretanto substituído pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro, republicado através do Decreto-Lei nº 102-D/2020, de 10 de Dezembro e alterado pela Lei 52/2021 de 10 de Agosto, que consagra o princípio da responsabilidade do produtor no financiamento e gestão dos resíduos dos seus próprios produtos e embalagens colocados no mercado.

Nesta conformidade, o Electrão encontrava-se licenciado através, respectivamente, do Despacho 5257/2018, de 25 de Maio, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente, do Despacho 11275-D/2017, de 22 de Dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente e do Despacho 6907/2017, de 9 de Agosto, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente, para a organização e gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE), de um sistema de gestão de resíduos de pilhas e baterias portáteis e de resíduos de pilhas e baterias industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGRPA) e de um sistema de gestão de resíduos de embalagens (SIGRE), tendo tais licenciamentos sido prorrogados até 30 de Junho de 2024 através do Despacho 13288-D/2023 dos gabinetes dos Secretários de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do Ambiente.

Com a nova geração de licenças, válidas até 31 de Dezembro de 2034, atribuídas pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e pela Direção-Geral das Atividades Económicas e homologadas através dos seguintes despachos, todos datados de 28 de Junho de 2024:

- Despacho Conjunto n.º 6/ME/MAEN/2024, para equipamentos eléctricos e electrónicos;
- Despacho Conjunto n.º 5/ME/MAEN/2024, para baterias;
- Despacho Conjunto n. 11/ME/MAEN/2024, para embalagens;

ficou também coberto o período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2024, nos termos das licenças anteriores.

Me

PEF

SF

MOC

PM

Jey

JP

JR

Jey

PM

O Electrão tem a sua sede na:

Rua Afonso Praça, nº 6

1400-402 Lisboa

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR

PM

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Electrão, mantidos de acordo com as regras e disposições constantes no regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), tendo por base o princípio da continuidade.

De acordo com o parágrafo 2.3 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, sempre que a NCFR-ESNL não responda a aspectos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- i. Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- ii. Às Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- iii. Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

As notas que se seguem estão apresentadas em Euros e respeitam a numeração estabelecida no Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), para as notas nº 1 a nº 3. Na desagregação destas notas, os pontos cuja numeração é omissa não se aplicam ao Electrão ou respeitam a factores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023. A partir da nota nº 4, inclusive, utiliza-se a numeração sequencial para a divulgação de todos os assuntos exigidos pela norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCFR-ESNL) que sejam aplicáveis ao Electrão e materialmente relevantes para os períodos a que respeitam as presentes demonstrações financeiras.

Me

PEF

SF

MOC

PM

Jey

JP

JR

Jey

PM

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

A moeda funcional das presentes demonstrações financeiras é o Euro (doravante também EUR).
 Não existiram, no decorrer do exercício, derrogações de qualquer disposição prevista pelo SNC.
 As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 são na sua totalidade comparáveis com as do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

1.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Edifícios e outras construções – 8 anos
- Equipamento básico – 6 a 9 anos
- Equipamento de transporte – 3 a 5 anos
- Equipamento administrativo – 3 a 10 anos
- Outros activos fixos tangíveis – 2 a 10 anos

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Eventuais gastos com grandes reparações e remodelações serão incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate,

Me

PEF

SF

MOC

PM

Jey

JP

JR

Jey

PM

sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Me

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

PEF

SF

MOC

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de instalação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

PM

Jey

Locações

JP

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Electrão age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens a que respeita o contrato, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

JR

Jey

De acordo com o método financeiro actualmente vigente nas NCRF, o custo do activo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas, bem como a reintegração do activo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

PM

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de vigência do respectivo contrato de locação.

Instrumentos financeiros

i. Créditos a receber

Os créditos a receber são registados ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Electrão tem em consideração informação de mercado que demonstre que o terceiro está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações de devedor ou à capacidade

de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Associação tenha em curso acção judicial executiva com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguros de crédito, se existir.

Me

PEF

SF

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões – decorrentes da cessação total ou parcial do risco – nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

MOC

PM

Jey

ii. Fornecedores e outros passivos correntes

Os fornecedores e os outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

JP

JR

iii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Jey

PM

Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pelo Electrão como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Associação; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que venha a ser necessário um exfluxo de recursos para liquidar a obrigação ou a quantia da mesma não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Electrão. O Electrão não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procedendo à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem

prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Me

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na demonstração dos resultados da Associação no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas no balanço nas rubricas de “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e de “Diferimentos”.

PEF

SF

MOC

PM

dey

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Electrão cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

JP

JR

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Jy

PM

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica de "subsídios" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Impostos sobre o rendimento

A partir do período de 2009, e de acordo com o art.º 53 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) o Electrão passou a ser isento de IRC, com excepção dos rendimentos de capitais (tal como são definidos para efeitos de IRS) a uma taxa liberatória de 21%, uma vez que o Electrão não pratica qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se que o Electrão não é sujeito a tributações autónomas e derrama.

Rédito

Como ESNL (Entidade do Sector não Lucrativo), a Associação não busca o lucro, pelo que a formação do seu rédito tem como suporte estratégico o equilíbrio económico e financeiro. Por esta via, o Electrão define primeiramente toda a sua estrutura de gastos, posto o que procura definir o correspondente rédito (por recurso às tabelas de Ecovalores a praticar em cada ano) tendo por base o supra-referido desígnio estratégico.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas e prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos.

Os réditos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, (ii) seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade associados à transacção fluam para a entidade, (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral do Electrão quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes

Me

PEF

SF

MOC

PM

Jey

JP

JR

Jey

PM

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. O Electrão classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de aderentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e correspondentes recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a contratos bancários de financiamento.

a) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Electrão, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as ESNL.

Relativamente à presente situação de guerra na Ucrânia, e no Médio Oriente, ambas sem aparente solução diplomática / política ou militar a curto prazo, a Associação tem vindo a acompanhar a evolução dos conflitos, mormente no impacto que estes poderiam ter nas suas operações, sendo seu entendimento que o princípio da continuidade se mantém apropriado como base de preparação das suas contas.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que não dêem origem a ajustamentos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, o Conselho de Administração do Electrão utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Me

PEF

SF

MOC

PM

JG

JP

JR

JG

PM

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto no ponto 6.8. da NCRF-ESNL.

M

PEF

SF

MOC

4. FLUXOS DE CAIXA

PM

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários.

dey

Os saldos de caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 apresentavam a seguinte decomposição:

JP

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	1.450,00	1.450,00
Depósitos à Ordem	2.594.965,40	1.316.487,35
	2.596.415,40	1.317.937,35

JR

JG

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

PM

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2024, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	TOTAL
ACTIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2023	249.665,16	1.210.177,48	249.765,50	344.275,37	34.652,28	7.900,00	2.096.435,79
Adições	900,00	518,00	-	26.240,62	57.436,57	-	85.095,19
Alienações	-	(53.030,48)	-	-	-	-	(53.030,48)
Saldo em 31.12.2024	250.565,16	1.157.665,00	249.765,50	370.515,99	92.088,85	7.900,00	2.128.500,50
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2023	(88.553,87)	(404.527,48)	(176.714,02)	(270.445,82)	(25.939,52)	-	(966.180,71)
Adições	(21.085,89)	(147.884,78)	(38.123,85)	(22.475,14)	(29.396,19)	-	(258.965,85)
Alienações	-	28.397,81	-	-	-	-	28.397,81
Saldo em 31.12.2024	(109.639,76)	(524.014,45)	(214.837,87)	(292.920,96)	(55.335,71)	-	(1.196.748,75)
ACTIVO LÍQUIDO	140.925,40	633.650,55	34.927,63	77.595,03	36.753,14	7.900,00	931.751,75

As principais adições verificadas no presente ano respeitaram à aquisição de material informático (equipamento administrativo) e equipamento diverso para as instalações operacionais da Associação (outros activos fixos tangíveis).

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

No último trimestre de 2024 o Electrão adquiriu o direito de superfície de um armazém, sito na zona industrial de Montemor-o-Novo, com vista ao alargamento da sua capacidade operacional, pelo que em 31 de Dezembro de 2024 o saldo desta rubrica reflecte a globalidade do investimento em curso, cuja entrada em produção se encontra prevista para o segundo semestre de 2025.

Me

PEF

SF

MOC

7. OUTROS CRÉDITOS E ACTIVOS NÃO CORRENTES

A 31 de Dezembro de 2024 esta rubrica é apenas constituída pelas contribuições do Electrão para o Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de EUR 16.726,87, não tendo sofrido qualquer alteração face ao período anterior.

PM

dey

JP

8. CRÉDITOS A RECEBER

O montante apresentado nesta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

JR

JG

	31.12.2024	31.12.2023
Aderentes (i)	9.144.395,34	7.952.124,32
Outras contas a receber (ii)	6.163.824,63	4.177.607,08
	15.308.219,97	12.129.731,40

PM

(i) Aderentes

Relativamente ao ajustamento de dívidas a receber de aderentes, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 apresentava os seguintes saldos, conforme movimentação que abaixo se expressa:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	1.007.318,84	943.185,36
Reversões	(34.114,81)	(31.728,15)
Reforços	50.960,55	95.861,63
Saldo Final	1.024.164,58	1.007.318,84

(ii) Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os saldos que compõem esta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	31.12.2024	31.12.2023
Juros a receber	71.042,24	71.042,24
Ecovales a receber	2.840.493,52	2.309.931,18
Facturação de resíduos a emitir	758.780,20	468.160,93
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	1.158.069,32	1.096.288,32
Outros devedores e credores	1.335.439,35	232.184,41
	6.163.824,63	4.177.607,08

A sub-rúbrica “Juros a receber” respeita integralmente a juros de mora relativos a dívidas de terceiros, corridos até 31 de Dezembro de 2024.

Me

Em sede da sub-rúbrica “Ecovalores a receber” encontram-se registados os montantes de facturação referentes a prestações financeiras do último trimestre dos anos 2024 e 2023, cuja emissão ocorreu a partir dos meses de Janeiro de 2025 e 2024, respectivamente; o cálculo de tal montante teve por base os mapas reportados e facturados no início de 2025 e 2024.

PEF

SF

No que respeita à sub-rúbrica “Facturação de resíduos a emitir”, o valor expresso reflecte fundamentalmente os valores de retoma referentes a embalagens já encaminhadas para os destinatários finais, cuja facturação se encontrava pendente no final de 2024 e de 2023, tendo a mesma ocorrido no início de 2025 e 2024, respectivamente.

MOC

PM

A rúbrica “Outros devedores por acréscimos de rendimentos” respeita fundamentalmente (EUR 1,096M) ao valor a recuperar referente aos valores de contrapartida dos quantitativos de embalagens usadas de papel-cartão retomadas no segundo semestre de 2019, mas fora do âmbito de licenciamento da actividade do Electrão. A este propósito, importa assinalar que: i) decorrente do reconhecimento do desenquadramento então verificado, foi em 2020 alterado o âmbito das licenças atribuídas a todas as entidades gestoras do fluxo específico de embalagens, no sentido de estas passarem a abranger a totalidade das embalagens urbanas, designadamente as embalagens secundárias e terciárias; ii) também em 2020 foi desenvolvido por entidade independente e coordenado pelo Presidente da Comissão de Acompanhamento de Gestão de Resíduos (CAGER), um estudo aprofundado acerca do supra referido desenquadramento, que veio apresentar uma estimativa do peso económico global do mesmo; iii) o valor a recuperar pelo Electrão teve por base a aplicação consistente, a todos os sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU), do percentual estimado de embalagens fora do âmbito, de acordo com o apurado em sede dos respectivos balanços mássicos de caracterização; iv) em 2021 cerca de EUR 0,2M foram recuperados, através da aceitação da posição da Associação acerca desta matéria, por parte de um dos mais relevantes SGRU de Portugal; v) de acordo com o melhor conhecimento à data, foi permitida a repercussão desta expectativa de receita não concretizada nas tarifas de resíduos urbanos a aplicar pelos diversos SGRU; e vi) nenhum processo foi aberto, em sede de contencioso, por parte de qualquer das partes envolvidas.

dey

JP

JR

JG

PM

Em sede de “Outros devedores e credores”, a componente mais significativa do seu saldo (EUR 1.067.740,85) respeita aos valores de compensação referentes a 2024, ao abrigo do mecanismo de compensação estabelecido pela Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER), registados de acordo com a melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldos devedores		
Retenção na fonte de prediais	1.488,06	400,00
	1.488,06	400,00
Saldos credores		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	419.440,00	313.131,86
Imposto Sobre o Rend. P. Singulares	20.061,66	22.192,12
Contribuições para a Segurança Social	79.839,96	24.299,41
	519.341,62	359.623,39

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos a nível de segurança social), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Nesta conformidade, as declarações fiscais do Electrão relativas aos períodos de 2021 a 2024 poderão ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Electrão entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2024.

10. DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 era decomposto como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Seguros Liquidados	66.359,83	73.976,99
Rendas Liquidadas	8.347,00	5.347,00
Gastos com informática	70.018,74	66.865,83
Outros gastos a reconhecer	133.524,59	81.929,42
	278.250,16	228.119,24

11. FUNDOS

O património Associativo do Electrão é constituído pela contribuição efectuada pelos seus sessenta e três associados, por uma entrega cujo valor individual ascendeu a EUR 10.000,00 e pela contribuição de um associado que ascendeu a EUR 35.000,00.

A 31 de Dezembro de 2024 o património associativo é de EUR 665.000,00.

Me

PEF

SF

MOC

PM

Jey

JR

JR

Jey

PM

O valor inscrito em reservas respeita aos resultados líquidos dos períodos de 2020 a 2023 ao abrigo do disposto nas licenças concedidas para gestão de fluxos específicos de resíduos.

Me

PEF

12. PROVISÕES

SF

Provisões específicas – matérias ambientais

Em função da publicação, no final de 2017, do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro (documento enquadrador do regime jurídico da gestão dos diversos fluxos específicos de resíduos, bem como agregador (e revogador) de diversa produção legislativa anteriormente dispersa), mormente do exposto no seu artº 56º, entretanto complementado pela publicação dos Despachos de licenciamento do SIGREEE e SIGRPA, resultou claro que a responsabilidade pela recolha e reciclagem dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos é uma meta / desígnio nacional, para a qual são chamadas a contribuir, num quadro de complementaridade, todas as entidades gestoras, bem como outros agentes económicos que participem na gestão de fim de vida, designadamente municípios, sistemas de gestão de resíduos urbanos, operadores de gestão de resíduos, distribuidores, empresas, entre outros. Pelo que deixou de ser aplicável a consideração de uma obrigação presente da Associação para a recolha e reciclagem futura de resíduos decorrente da colocação no mercado por parte das empresas aderentes do Electrão.

MOC

PM

dey

JP

JR

Jg

Nesta conformidade, o Electrão entendeu, para o horizonte temporal das licenças que, em substância, terminaram a 31 de Dezembro de 2024, que o fundamental da sua responsabilidade / obrigação presente residuiu no dispor de meios para que, no final do período de licenciamento atribuído pelo Estado Português, estivesse em condições de assegurar o eficaz desmantelamento da sua rede operacional (rede Electrão), atendendo às seguintes dimensões: (i) retirada de todos os meios físicos ligados às diversas tipologias de pontos de recolha/recepção de resíduos constituintes da sua rede própria; (ii) encerramento de todas as posições contratuais celebradas com todos os seus parceiros operacionais, mantendo a capacidade de resposta ao adequado tratamento final de resíduos para os quais já não tivesse a possibilidade de obter prestações financeiras.

PM

Contudo, a publicação da nova geração de licenças, vigentes para o período 2025-2034, trouxe uma nova forma de caucionar o bom cumprimento das obrigações das mesmas decorrentes - por parte das diversas entidades gestoras - consubstanciada na obrigação de prestação de uma garantia financeira a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, no montante equivalente a 5% das prestações financeiras anuais estabelecidas para cada sistema de gestão de fluxos específicos de resíduos, conforme disposto, para o Electrão, nos seguintes pontos das suas licenças:

- Licença de equipamentos eléctricos e electrónicos – pontos 13 e 14;
- Licença de baterias - pontos 14 e 15;
- Licença embalagens - pontos 15 e 16.

Nesta conformidade, a Associação entendeu que a provisão deixou, por redundância, de ser necessária, dado que eventuais obrigações futuras ficarão salvaguardadas através da

suprarreferida garantia, pelo que no final do período de 2024 procedeu à reversão total do saldo da mesma.

Movimentos ocorridos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2024, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

	Matérias Ambientais	Total
Quantia escriturada inicial	748.884,94	748.884,94
Reversão	(748.884,94)	(748.884,94)
Quantia escriturada final	-	-

13. FORNECEDORES

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 detalhava-se da seguinte forma:

Designação	Valor
VALORSUL - Val e Trat de RS das Regioes Lx e Oeste	998.012,45
Tratolixo - Trat de Resíduos Sólidos Urbanos, EIM	613.720,01
AMARSUL - Valorização e Trat de Resíduos Sólidos	420.715,59
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	374.406,23
ALGAR- Valorização e Trat Resíduos Sólidos S.A.	339.614,81
LIPOR - Assoc. Mun. Gest. Sust. Res. G. Porto	309.538,36
RESINORTE	266.789,42
Veolia Gestão de Resíduos Portugal	258.964,51
Ambigroup Reciclagem	201.905,36
Centro de Reciclagem de Palmela	173.847,47
VALORLIS - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	172.902,10
Ambisousa Empresa Intermunicipal de tratamento e ge Suldouro	157.432,23
Ecobeirão - Soc. Trat. Resíduos Sólidos do Planalt	139.634,50
Ecobeirão - Soc. Trat. Resíduos Sólidos do Planalt	135.066,47
ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	126.345,27
RESULIMA Valorização e Trat de Resíduos Sólidos	125.147,21
VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólido	120.961,50
KPMG & ASSOCIADOS, SA.	120.350,58
INTERECYCLING Sociedade de Reciclagem, S.A	119.455,58
BRAVAL, Valorização e Tratamento de resíduos Sólido	114.885,63
RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina	109.430,16
MUSAMI - Operações Municipais Ambiente E.I.M. S.A.	100.532,30
Luís Simões Logística	98.159,98
Lidl & Cia. - Lojas Alimentares	85.337,85
RDUZ-Gestão Global de Resíduos, S.A.	82.392,33
RÁDIO POPULAR - ELECTRODOM, S.A.	81.810,14
Resiaçores - Gestão de Resíduos dos Açores, Lda	79.220,26
Resíduos do Nordeste	78.981,19
AMBILITAL - Investimentos Ambientais Alentejo, EIM	71.181,81
Extruplás Recicl Rec e Fab de Prod Plásticos, Lda	71.112,59
RESIALENTEJO, Trat e Valorização de resíduos, EIM	70.499,87
GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	66.321,54
Manuel Frexes - Gestão de resíduos	63.855,14
Resiestrela - Valorização Tratamento de RSU, S.A.	63.657,53
Águas das Caldas de Penacova, SA	61.500,00
ND Portugal Transportes, Lda.	57.351,04
PLANETA PROPÍCIO, UNIPESSOAL, LDA	57.041,25
Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para o Tratame	51.262,76
Induraees L	50.062,04
Outros	1.086.740,79
	7.776.145,85

É de referir que os valores acima discriminados representam cerca de 86,0% do total da rúbrica a 31 de Dezembro de 2024.

Me

PEF

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

SF

Com referência a 31 de Dezembro de 2024, a Associação relevava nesta rúbrica o montante utilizado da linha de conta corrente caucionada contratada junto do Banco Santander Totta (EUR 50.000,00). Em 31 de Dezembro de 2023, o montante utilizado referia-se à conta corrente caucionada contratada junto da Caixa Geral de Depósitos (EUR 400.000,00).

MOC

PM

15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Jey

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os saldos que compõem esta rúbrica apresentavam o seguinte detalhe:

JP

	31.12.2024	31.12.2023
Credores por acréscimos de gastos	3.057.408,66	1.998.724,05
Outros credores	183.366,52	185.498,75
	3.240.775,18	2.184.222,80

JR

Jey

O saldo da sub-rúbrica “Credores por acréscimos de gastos” era composto conforme segue:

PM

	31.12.2024	31.12.2023
Remunerações a liquidar	433.409,86	366.277,01
Outros credores por acréscimos de gastos	2.623.998,80	1.632.447,04
	3.057.408,66	1.998.724,05

Quanto à sub-rúbrica “outros credores por acréscimos de gastos”, o saldo referente ao período de 2024 respeita fundamentalmente ao montante a aguardar facturação por parte de entidades terceiras, em sede da actividade (operacional e não operacional) do Electrão.

16. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rúbrica “Vendas e serviços prestados” apresentava o seguinte detalhe:

Vendas	2024	2023
Vendas- Resíduos de EEE	1.557.804,64	1.075.166,45
Vendas- Resíduos de P&A	2.712,45	2.051,40
Vendas- Resíduos de Embalagens	7.575.906,51	4.942.406,32
	9.136.423,60	6.019.624,17

Prestações de Serviços	2024	2023
PS – Ecovalores (EEE)	9.677.563,12	8.282.773,49
PS - EcoP&A	782.849,30	783.172,11
PS - Embalagens	17.607.551,92	10.807.396,43
	28.067.964,34	19.873.342,03
Total	37.204.387,94	25.892.966,20

As vendas supra assinaladas respeitam aos resíduos com valor económico positivo, alocados ao Electrão, no âmbito da sua actividade de gestão dos sistemas de fluxos específicos de resíduos.

O significativo acréscimo verificado na rubrica de vendas assenta fundamentalmente no comportamento dos preços das matérias constituintes dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e de embalagens vendidos pela Associação no decurso do período de 2024, uma vez que para sensivelmente o mesmo volume de resíduos vendidos o rédito obtido neste período foi superior em cerca de 52% ao obtido em 2023.

As prestações de serviços resultam da aplicação das tabelas de Ecovalores, aprovadas para cada fluxo específico de resíduos, às quantidades de equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas e baterias e embalagens colocadas no mercado Nacional pelos aderentes da Associação. As quantidades do próprio ano são registadas como “Ecovalores – ano corrente”, sendo as relativas a anos anteriores registadas como “Ecovalores – anos retroactivos”.

A decomposição do valor das prestações de serviços por “Ecovalor ano corrente” e “Ecovalor retroactivo” é a seguinte:

Prestações de Serviços	2024	2023
PS – Ecovalores (EEE)	9.677.563,12	8.282.773,49
Ano corrente	9.464.455,60	8.089.995,89
Anos Retroactivos	213.107,52	192.777,60
PS - EcoP&A	782.849,30	783.172,31
Ano corrente	780.656,73	604.957,65
Anos Retroactivos	2.192,57	178.214,66
PS - Embalagens	17.607.551,92	10.807.396,43
Ano corrente	17.046.188,60	10.917.921,31
Anos Retroactivos	561.363,32	(110.524,88)
	28.067.964,34	19.873.342,23

17.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No âmbito desta rubrica destacaram-se, pela sua materialidade, os seguintes saldos:

	2024	2023
Subcontratos	25.978.793,93	24.530.204,26
Recolha selectiva	19.720.197,60	19.457.758,58
Triagem	789.384,28	659.680,99
Transporte	1.463.847,43	982.624,65
Reciclagem	3.734.628,29	3.075.465,10
Outros	270.736,33	354.674,94
Trabalhos Especializados	1.390.929,86	1.416.429,06
Publicidade e Propaganda	2.058.184,31	1.915.095,69
Rendas e Alugueres	72.935,75	48.755,75
Deslocações e Estadas	53.052,38	48.335,18
Comunicação	60.442,72	16.864,85
Materiais	11.614,86	12.278,63
Combustiveis	22.180,50	24.437,71
Seguros	22.152,81	19.048,65
Outras despesas	60.100,61	61.238,13
	29.730.387,73	28.092.687,91

Na rubrica “Subcontratos” estão registados os gastos directos com a operação de gestão de resíduos, nomeadamente recepção e triagem, transporte e tratamento e valorização. O acréscimo verificado, face a 2023, resulta do aumento do volume de resíduos geridos e tratados, no âmbito das operações relativas aos fluxos de embalagens, equipamentos eléctricos e electrónicos e pilhas e baterias.

Me

PEF

SF

Adicionalmente, no âmbito das atribuições e competências da designada CAGER (Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos) é apurada, com periodicidade anual (sistemas de gestão de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos e de Pilhas e Baterias) ou trimestral (sistema de Embalagens), a responsabilidade de cada entidade gestora de fluxos específicos de resíduos no âmbito geral Nacional, dando por essa via origem a acertos – positivos ou negativos - entre as mesmas, sendo os correspondentes impactos registados na rubrica “Subcontratos”.

MOC

PM

A este propósito, importa sublinhar que, tendo por referência o final do presente ano, encontram-se registados os seguintes valores, pendentes de comunicação formal por parte da CAGER, todos com sentido positivo (diminuição de gastos): SIGREEE – EUR 884K; SIGRPA – EUR 41K; SIGRE – EUR 143K.

dey

JP

A rubrica “Trabalhos especializados” é fundamentalmente composta por serviços subcontratados de informática, por gastos com investigação e desenvolvimento, por serviços jurídicos e serviços prestados pelos associados.

JR

JG

Relativamente à rubrica “Publicidade e propaganda”, esta reflecte o esforço desenvolvido pela Associação em acções de comunicação, educação e sensibilização junto de diversos estratos da população portuguesa, de acordo com o desígnio que se encontra comumente estabelecido nas licenças atribuídas para a gestão dos diversos fluxos específicos de resíduos, que prevê o encaminhamento de pelo menos 7,5% do rédito proveniente de Ecovalores para este fim.

PM

As rubricas “Rendas e alugueres” e “Deslocações” contemplam essencialmente os gastos com o arrendamento de instalações do Electrão e os gastos associados às visitas de trabalho da equipa do Electrão, tanto a nível nacional como internacional.

Finalmente, o acréscimo verificado na rubrica “Comunicação” reflecte o franco desenvolvimento na actividade associada aos contactos telefónicos desenvolvidos pela equipa dedicada da Associação, no âmbito do seu projecto de recolha de resíduos de equipamentos eléctricos de grandes dimensões junto dos Municípios da região da Grande Lisboa.

18. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os saldos que compõem esta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	2024	2023
Remunerações	1.498.254,23	1.295.111,79
Encargos sobre remunerações	251.182,58	230.432,51
Seguros obrigatórios e facultativos	84.950,86	65.336,24
Outros gastos c/ pessoal	38.302,53	45.850,05
	1.872.690,20	1.636.730,59

O número médio de pessoal do Electrão ao longo dos dois últimos anos, e o número de pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro 2024 e de 2023, foi de:

	2024	2023
Número médio de funcionários	28	26
Número de empregados no fim do período	30	26

19. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica era composto da seguinte forma:

	2024	2023
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	259,53
Outros não especificados	64.155,05	154.363,78
	64.155,05	154.623,31

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2024	2023
Impostos	2.210,89	1.426,29
Taxas	1.554.958,67	815.967,10
Quotizações	47.745,00	40.558,99
Menos valias	21.110,77	-
Indemnização por danos não patrimoniais	300.000,00	-
Outros não especificados	5.172,73	12.957,15
	1.931.198,06	870.909,53

Relativamente às sub-rúbricas mais relevantes no período de 2024, importa referir:

- A sub-rúbrica “Taxas” contempla fundamentalmente os montantes referentes a taxas de gestão de resíduos (SIGREEE, SIGRPA e SIGRE) e taxa CAGER; o expressivo acréscimo verificado resulta fundamentalmente da evolução da taxa de gestão de resíduos relativa ao SIGREEE;
- Relativamente à sub-rúbrica “Quotizações”, a mesma releva essencialmente os *fees* anuais de participação do Electrão numa associação pan-europeia de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos;
- A rubrica “Menos-valias” é relativa ao diferencial entre o valor líquido contabilístico de equipamento básico alienado por obsolescência e o seu valor de realização;
- A rubrica “Indemnização por danos não patrimoniais” respeita integralmente ao montante acordado no âmbito do encerramento de um processo judicial movido ao Electrão em 2010.

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo desta rubrica reflecte os juros associados à utilização das linhas de financiamento estabelecidas junto da Caixa Geral de Depósitos e do Banco Santander Totta.

Me

PEF

SF

22. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

MOC

PM

Jey

23. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

JP

JR

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Associação perante a segurança social se encontra regularizada.

Jey

PM

24. OUTRAS DIVULGAÇÕES:

(i) Partes relacionadas

O Electrão tem como partes relacionadas os seus actuais quarenta e nove associados.

Os saldos pendentes em 31 de Dezembro de 2024 e de 31 de Dezembro de 2023 e as transacções anuais encontram-se mencionadas no quadro seguinte:

	Saldos Pendentes			Transacções	
	Aderentes	Fornecedores	Outras contas a receber/(pagar)	Prestações de serviços	Gastos
2024	4.482.925,28	(215.266,51)	(11.649,70)	17.498.741,48	680.138,72
2023	1.012.700,02	(242.396,58)	(22.201,21)	5.238.994,84	439.693,93

(ii) Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os montantes atribuídos aos membros dos órgãos sociais nos períodos de 2024 e 2023, foram de respectivamente:

	2024	2023
Conselho de Administração	19 500,00	19 500,00
Comissão Executiva	108 000,00	108 000,00
Conselho Fiscal	18 500,00	17 750,00
	146 000,00	145 250,00

De referir que os valores pagos ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva reportam a serviços pelos mesmos prestados em sede de presença nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Associação.

Já o montante relativo ao Conselho Fiscal reporta unicamente à remuneração da SROC que nele participa enquanto vogal.

(iii) Processos judiciais em curso

Encontram-se a correr termos três processos movidos pelo Electrão a outras entidades gestoras, no sentido de ver aplicadas decisões em sede do mecanismo de compensação entre os intervenientes de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos, importando os montantes reclamados, a 31 de Dezembro de 2024, a cerca de EUR 582 000. Em Dezembro de 2023, uma das entidades gestoras demandadas comunicou ao Tribunal a deliberação da sua extinção, tendo o Electrão requerido que esta seja substituída pelos seus associados no referido processo.

(iv) Processos contra-ordenacionais

Tendo o primeiro sido instaurado em 2019, e conforme quadro de detalhe infra, encontram-se a correr vinte processos contra-ordenacionais instaurados pela IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), relativamente aos quais a Associação apresentou tempestivamente o correspondente contraditório.

Referência Processo	Data de início	Processo	Obs.
CO/001088/19	Maio 2019	Divulgação PF 2019 em aprovação	Processo apensado
CO/001279/19	Agosto 2019	Incumprimento das metas de RPAP 2016 e 2018	Processo apensado
CO/000925/20	Julho 2020	Comunicação do Protocolo do projecto REMUSEU	Processo apensado
CO/001259/20	Outubro 2020	Incumprimento das metas de RPAP 2019	Processo apensado
CO/001298/20	Outubro 2020	Incumprimento das metas de EEE 2019	Processo apensado
CO/000128/21	Fevereiro 2021	Constituição da ERR	Processo apensado
CO/001180/21	Outubro 2021	Incumprimento das metas de EEE 2020	-
CO/000520/22	Fevereiro 2022	Incumprimento das metas de Embalagens 2020	-
CO/001718/22	Abril 2022	Inspeção presencial – Contratos MTR 2021	-
CO/001870/22	Novembro 2022	Incumprimento – Publicação site RPA	-
CO/000213/23	Janeiro 2023	Incumprimento das metas RPAP 2021	-
CO/000261/23	Janeiro 2023	Incumprimento das metas EEE 2021	-
CO/001840/23	Maio 2023	Incumprimento – Publicação site RE	-
CO/001022/24	Outubro 2023	Inspeção presencial – Contratos MTR 2022	-
CO/001022/24	Abril 2024	Inspeção presencial – Contratos MTR 2023	-
CO/001272/24	Maio 2024	Incumprimento das metas de Embalagens 2022	-
CO/002809/24	Outubro 2024	Enquadramento PA Siliamb Peugeot	-
CO/002715/24	Outubro 2024	Incumprimento das metas PA 2023	-
CO/003057/24	Novembro 2024	Incumprimento das metas de EEE 2023	-
CO/003181/24	Novembro 2024	Incumprimento das metas de Embalagens 2023	-

Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JG

PM

Entretanto, seis desses processos foram apensados, dos quais resultou a comunicação de uma intenção de aplicação de uma coima única de EUR 40 000, tendo a Associação apresentado impugnação da mesma, estando agendada para Março de 2025 a audiência das partes em Tribunal.

É convicção da gestão que dos supra-referidos processos não resultarão contingências para o Electrão.

(v) Garantias prestadas e outras responsabilidades

Com referência a 31 de Dezembro de 2024, o Electrão era responsável pela solicitação de emissão de garantias bancárias a favor de terceiros, conforme detalhe abaixo:

Entidade beneficiária	Entidade emissora	Data de emissão	Valor
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	16/12/2021	4.883,76
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	16/12/2021	3.830,40
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	16/12/2021	6.814,08
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	22/12/2021	1.728,13
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	28/06/2022	12.265,81
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	26/09/2022	6.814,08
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	21/11/2022	4.015,54
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	11/01/2023	6.814,08
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	09/03/2023	3.685,50
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	09/03/2023	1.712,17
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	09/03/2023	856,09
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	29/09/2023	46.130,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	29/09/2023	34.930,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	15/03/2024	2.036,78
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	15/03/2024	4.662,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	19/07/2024	916,30
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	19/07/2024	916,30
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	18/09/2024	4.914,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	30/10/2024	4.690,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Banco Santander Totta	11/12/2024	51.207,85

À mesma data, a Associação apresentava ainda outras responsabilidades, detalhadas no quadro seguinte:

Tipo de responsabilidade	Entidade emissora	Montante potencial	Montante utilizado
Encargos resultantes de utilização de cartões de crédito	Banco Santander	22.500,00	7.051,98
Encargos resultantes de utilização de cartões de crédito	Caixa Geral de Depósitos	2.500,00	-
Contas correntes	Banco Santander	500.000,00	50.000,00
Contas correntes	Caixa Geral de Depósitos	1.000.000,00	-
Factoring	Millennium BCP	3.000.000,00	-

O Conselho de Administração

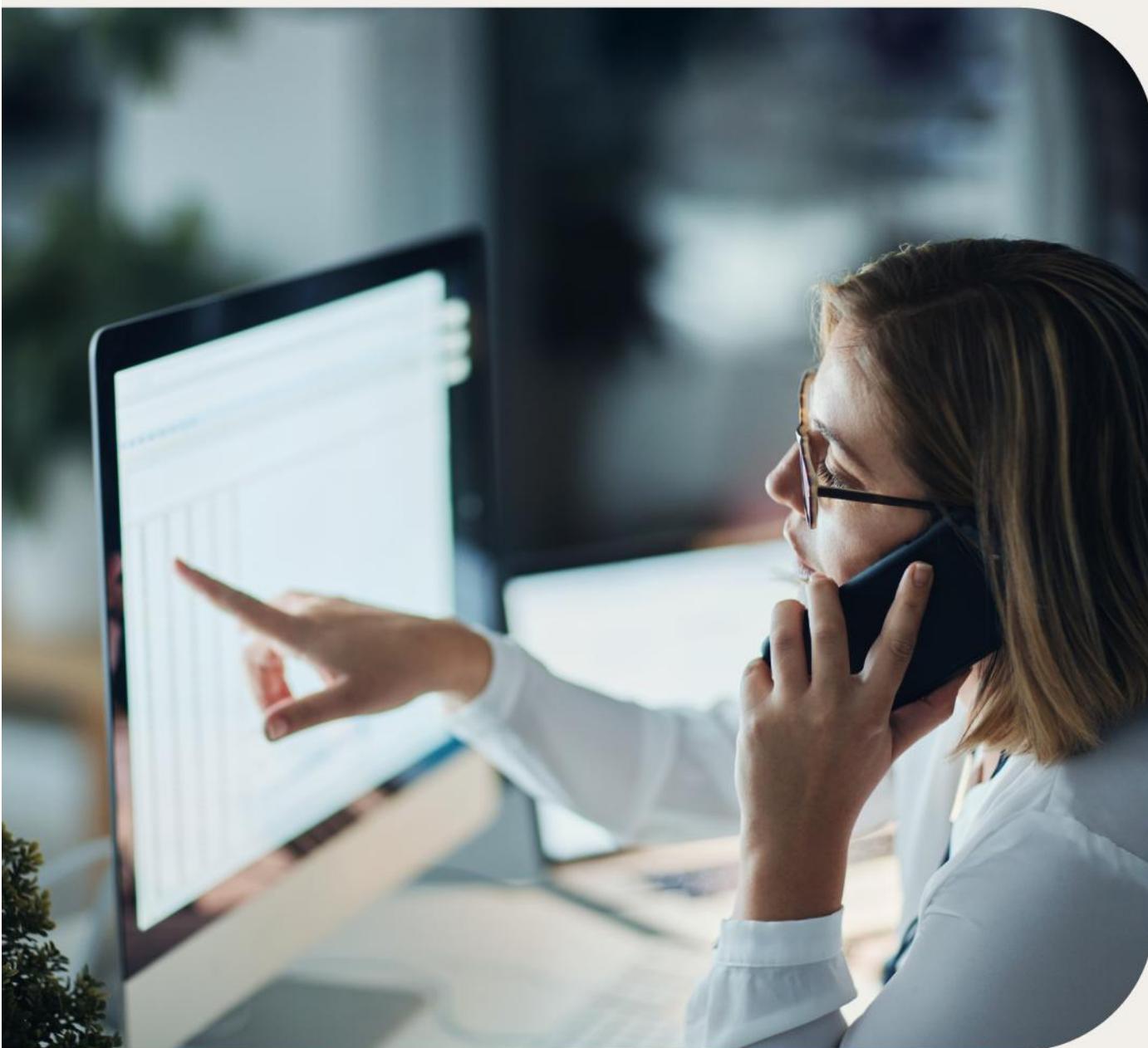
O Contabilista Certificado



Pablo Enrique Susana Fernandes Oliveira (Presidente do Conselho de Administração)



João Miguel Ribeiro, José António Ribeiro, José Ricardo



Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

JP

JR

JR

PM

13

Certificação Legal de Contas

13 Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Electrão - Associação de Gestão de Resíduos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 19.455.698 euros e um total de capital próprio de 7.869.436 euros, incluindo um resultado líquido de 4.201.337 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Electrão - Associação de Gestão de Resíduos em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de Créditos a receber inclui um montante de 1.096.391 euros (31 de dezembro de 2023: 1.096.391 euros) relativo a valores de contrapartida a recuperar, junto de diversos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), por quantitativos de embalagens usadas de papel cartão retomadas no segundo semestre de 2019. Segundo entendimento da Administração, conforme referido na nota 8 do Anexo às demonstrações financeiras, as referidas embalagens estavam, naquela data, fora do âmbito de licenciamento da atividade da Entidade, pelo que no exercício de 2019 o montante foi reconhecido por contrapartida de uma redução da rubrica de Fornecimentos e serviços externos. Até à presente data os referidos montantes não foram recuperados e aceites por parte de determinados SGRU. Nestas circunstâncias, não nos é possível concluir a nossa análise acerca da adequacidade do montante de 1.096.391 euros registado na rubrica de Créditos a receber em 31 de dezembro de 2024, nem sobre o efeito que eventuais regularizações ao mesmo poderiam originar nas demonstrações financeiras do exercício. Esta reserva é igualmente aplicável ao exercício anterior.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

DocID: Njc3YzYwNjI1NGJkY2Y3OTczMDEyZDQ3fDE1Njk1NTg0NTY5MzQ0ZmZlNmM0fENMQw==

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

27 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Signed by:

9E636952DF0A449...

José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com o n.º 20200003



Me

PEF

SF

MOC

PM

dey

de

JR

JR

PM

14

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

14 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Associados,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de atividades e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Electrão – Associação de Gestão de Resíduos (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco e do sistema de auditoria interna, se existentes, na medida em que sejam relevantes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão de acordo com o normativo contabilístico aplicável, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Entidade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, é nosso parecer que as demonstrações financeiras, o relatório de atividades e a proposta de aplicação de resultados estão de acordo com os estatutos da Entidade e com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis.

Expressamos ainda o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores da Entidade pelo apoio prestado no exercício das nossas funções.

27 de março de 2025

O Presidente do Conselho Fiscal



António Pedro em representação da
Ledvance, Lda.

O Vogal



Ana Aguiar em representação da
BSHP – Electrodomésticos, Sociedade Unipessoal, Lda.

O Vogal Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com nº 20200003